

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS
AMÉRICAS**

CAPITAL SOCIAL:

UMA OPÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO?

Uma perspectiva comparada do Brasil e da Colômbia

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado do Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas (CEPPAC - UnB) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

Angela María Rosales Rodríguez

**Brasília – DF
Novembro de 2007**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
JUSTIFICATIVA.....	7
PROPOSTA METODOLOGICA.....	10
1. MARCO CONCEITUAL.....	13
1.1 Capital Social	13
1.1.1 Problemática do conceito	18
1.1.2 Dimensões do Capital Social.....	20
1.1.3 Aproximação do modelo teórico proposto	21
1.2 Desenvolvimento Humano.....	23
1.2.1 O conceito de Desenvolvimento Humano.....	25
1.2.2 A medição do Desenvolvimento Humano por meio do IDH.....	28
1.2.3 Alguns problemas na mensuração do IDH	30
1.3 Capital social e desenvolvimento humano: faz sentido estabelecer esta relação?	31
2. CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO: O CASO DO BRASIL	34
Confiança Interpessoal.....	34
Confiança Institucional	37
Participação Cívica	37
Participação política	38
Estabelecendo algumas relações	39
Análise de componentes principais	41
Sobre o desenvolvimento humano no Brasil	45
3. CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO: O CASO DA COLÔMBIA.....	50
Confiança Interpessoal.....	50
Confiança Institucional	52
Participação Cívica	53
Participação política	54
Estabelecendo algumas relações	54
Análise de componentes principais	56
Sobre o desenvolvimento humano na Colômbia.....	58
4. ALGUMAS COMPARAÇÕES.....	61
Comparando o Desenvolvimento Humano.....	62
CONCLUSÕES	65
BIBLIOGRAFIA	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Técnicas e dimensões de pesquisa.....	11
Quadro 2. Amostra do WVS por país, onda 2005-2006	12
Quadro 3. Dimensões do capital social (KS)	22
Quadro 4. Capital social e desempenho econômico em alguns países	32
Quadro 5. Grau de confiança por grupo social, Brasil, 2006 (percentuais)	36
Quadro 6. Percentual de pertencimento a organizações sociais, Brasil, 2006....	38
Quadro 7. Interpretação das Componentes Principais do Capital social, Brasil, 2006	43
Quadro 8. Resultados parciais do IDH do Brasil, 2004.....	45
Quadro 9. Resultados do IDH por componentes, países selecionados, 2006....	47
Quadro 10. Grau de confiança interpessoal, Colômbia, 2006 (percentuais)	51
Quadro 11. Percentual de pertencimento a organizações sociais, Colômbia, 2006	53
Quadro 12. Interpretação das Componentes Principais do Capital social, Colômbia, 2006	57
Quadro 13. Resultados parciais do IDH da Colômbia, 2004.....	59
Quadro 14. Resultados do IDH por componentes, países selecionados, 2006 .	59
Quadro 15. Componentes principais do Capital Social, Brasil e Colômbia, 2006	61
Quadro 16. Indicadores sociais, Brasil e Colômbia, 2004	63

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1. Percentual de importância da família e os amigos. Brasil	35
Figura 2. Percentual do estado de saúde (subjéitiva). Brasil	40
Figura 3. IDH Histórico. Brasil	45
Figura 4. IDH Municipal. Brasil	46
Figura 5. Percentual de importância da família e os amigos. Colômbia.....	51
Figura 6. Confiança Institucional. Colômbia	52
Figura 7. Percentual do estado de saúde (subjéitiva). Colômbia.....	55
Figura 8. IDH Histórico. Colômbia.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Componentes principais das variáveis selecionadas de capital social, Brasil,2006	42
Tabela 2. Outros indicadores sociais, Brasil, 2004	47
Tabela 3. Componentes principais das variáveis selecionadas de capital social, Colômbia, 2006	56
Tabela 4. Outros indicadores sociais, Colômbia, 2004	60
Tabela 5. Resultados parciais do IDH, Brasil e Colômbia, 2004	62

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos ao CEPPAC pela oportunidade de realizar o curso de mestrado em ciências sociais. Ao meu estimado orientador, Professor Doutor Henrique de Castro por suas sugestões e orientações neste trabalho e em minha formação acadêmica. A CAPES que permitiu a minha segurança financeira e permanência no Brasil. E principalmente à minha família e amigos pelo carinho e apoio que recebi durante esta grande aventura.

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é analisar a relação entre capital social e desenvolvimento a partir de uma perspectiva qualitativa, tomando como ponto de partida as seguintes perguntas: Qual é o papel do capital social na geração do desenvolvimento? Como se pode explicar esta relação? O capital social pode explicar diferenças nos níveis de desenvolvimento humano?

O interesse em estudar desenvolvimento nos países da América Latina implica um trabalho de pesquisa cuja trajetória leva à aproximação de variados tipos de teoria e informação que tratam o desenvolvimento a partir de amplas e diversas perspectivas: econômico, sustentável, local, social, humano e outros. Um pouco além de reconhecer qual é a posição dos nossos países frente ao resto do mundo, estatísticas e “ranking” mundial, surge a pergunta: é possível modificar esta situação de desigualdade, pobreza e subdesenvolvimento?

Ao longo da história do estudo do desenvolvimento, diversas correntes têm tentado explicar as diferenças nos níveis de desenvolvimento dos países, com ênfase em características econômicas de cada região, e posteriormente em aspectos culturais que possam influenciá-lo. Ao tentar entender quais condições, além das econômicas, podem gerar ou incrementar o desenvolvimento das comunidades, geralmente se depara com o termo Capital Social como elemento explicativo das diferenças nos níveis de desenvolvimento dos países.

Desta forma, é de especial interesse aprofundar essa relação entre capital social e desenvolvimento que tão comumente se faz. Entender a contribuição do capital social ao desenvolvimento dos países é um exercício importante para o entendimento das opções e tendências do desenvolvimento na América Latina. Eis a motivação primordial desta pesquisa.

O presente projeto de dissertação de mestrado será organizado da seguinte forma: em um primeiro momento se apresentará o problema da relação entre capital social e desenvolvimento, junto com a importância de se aproximar esses conceitos. A intenção é colocar as questões que compõem o pano de fundo para o trabalho. Em seguida, se fará uma discussão teórica dos conceitos de capital social e desenvolvimento com o objetivo de conhecer diferentes perspectivas e tomar aquelas consideradas pertinentes para o objeto de estudo. Com esses conceitos, segue a proposta metodológica que se vai empregar para dar resposta ao problema. Finalmente, se apresentaram os resultados descritivos para cada um dos casos de estudo, junto com a análise sobre o capital social e o desenvolvimento de cada um deles.

JUSTIFICATIVA

O conceito de capital social tem sido usado para pensar sobre diversos temas importantes das sociedades atuais, como pobreza, exclusão ou desenvolvimento. No que se refere a comunidades pobres, por exemplo, o capital social tem sido colocado como uma opção a ser considerada pela sociedade para mudar o destino de pobreza e conseguir o desenvolvimento¹.

Enxergar o capital social na sua relação com o desenvolvimento é ver uma opção política para resolver problemas sociais em que as respostas estejam nos principalmente nas relações sociais. Esta alternativa pareceria mais barata para a sociedade, pois o "empoderamento" da comunidade deveria garantir resultados melhores na aplicação de políticas públicas que pretendam diminuir níveis de pobreza e desigualdade, fortalecer a democracia e, por conseguinte, levar ao desenvolvimento de um país. Em consequência, a relação custo - benefício deveria ser melhor quando o desenvolvimento parte de uma

¹ Autores como Deepa Narayan (1999) consideram possível chegar ao desenvolvimento por meio do capital social inerente nas comunidades.

perspectiva de trabalho que considera as potencialidades inerentes às comunidades, tomando em conta suas características particulares.

Esperar-se-ia que comunidades com um alto grau de capital social, *ceteris paribus*, estivessem bem governadas, mais seguras, com melhores níveis de alfabetização e, em geral, com maiores níveis de bem-estar. Essas comunidades, portanto, teriam melhores níveis de desenvolvimento, pois os seus membros teriam capacidade de iniciar projetos que servissem aos interesses comuns, usariam recursos existentes de forma mais eficiente, resolveriam problemas e responderiam às preocupações dos cidadãos rapidamente. Desta forma, a relação entre capital social e desenvolvimento seria diretamente proporcional. Logo, as implicações teóricas e políticas que resultam desta visão são evidentes no sentido de ressaltar a necessidade de fortalecer e incrementar o capital social para garantir o desenvolvimento.

A pretensão deste trabalho é questionar a contribuição real do capital social na explicação do desenvolvimento por meio da análise das suas características, estudando esta relação da perspectiva dos elementos que o compõem para explicar o desenvolvimento.

Partindo do arcabouço teórico até agora visto, surgem as seguintes perguntas:

- Qual é a contribuição do conceito de capital social na compreensão do desenvolvimento? O capital social constitui uma condição suficiente para explicar diferenças e semelhanças nos níveis de desenvolvimento?
- Se o capital social gera desenvolvimento, se pode demonstrar essa relação?

Deste modo, a dissertação pretende contribuir para o conhecimento sobre a relação entre desenvolvimento e capital social, com a intenção de fornecer um tipo de análise que colabore com as diferentes perspectivas que se têm sobre o tema.

Assim, a presente dissertação trabalha sob o pressuposto que a análise das variáveis que compõem o capital social contribui para a explicação do desenvolvimento humano, mas esta relação não constitui condição suficiente para afirmar que a existência de capital social determina o nível de desenvolvimento de um país.

A metodologia a ser usada para esta dissertação considera as particularidades dos conceitos a serem estudados, assim como as características dos conceitos de desenvolvimento humano e capital social, como se vê no capítulo que segue.

PROPOSTA METODOLOGICA

O presente capítulo faz uma apresentação da metodologia empregada na elaboração da dissertação. Como foi mencionado, a dissertação pretende fazer uma análise de duas dimensões, Capital Social e Desenvolvimento Humano, em dois contextos, Colômbia e Brasil.

O foco principal desta dissertação é fazer uma discussão dos conceitos tomados como centro do estudo, capital social e desenvolvimento humano. Portanto, o estudo se baseia na revisão teórica destes conceitos, para depois fazer um exercício empírico para cada país.

Para analisar o capital social se usaram os dados da Pesquisa Mundial de Valores – WVS, onda de 2005-2006, fornecidos pelo Centro de Pesquisa de Opinião Pública da Universidade de Brasília (DATAUnB). Aqui é importante ressaltar que o WVS é um *survey* cuja importância se centra na sua comparabilidade entre países. Os dados são de indivíduos que compuseram amostras representativas dos países, e cujas inferências permitem descobrir ou analisar algumas características gerais das atitudes das populações da Colômbia e do Brasil.

Uma parte importante do trabalho consistiu em determinar a forma de analisar o capital social, que se fez por meio da determinação de dimensões. O propósito dessa parte foi fazer uma análise dos dados de cada dimensão, com o objetivo de chegar a generalizações ou padrões sobre as respostas dos indivíduos entrevistados. Fazendo uma análise dos dados individuais com uma perspectiva global, vai-se examinar se as atitudes que são teóricas e empiricamente ligadas ao capital social têm alguma relação com os níveis de desenvolvimento humano. O estudo das dimensões se fez por meio da estatística descritiva. Em alguns casos, as ciências sociais empregam exercícios estatísticos para tentar dar explicações por meio de variáveis quantitativas ou

de variáveis qualitativas, utilizando contagens, frequências e percentuais. No entanto, esta aplicação quantitativa perde seu sentido se o investigador não faz um juízo crítico sobre os resultados e não leva em conta o contexto. A expectativa desta dissertação é empregar a análise estatística para a compreensão e a análise do capital social com a idéia principal de entender o melhor possível se existe alguma relação entre o capital social e o desenvolvimento humano.

Num primeiro momento, o propósito será estudar cada uma das dimensões do capital social por meio da estatística descritiva. O passo seguinte será empregar a Análise de Componentes Principais – ACP, para analisar quais dimensões do capital social confirmam a teoria. Este exercício será feito para cada país de forma separada.

A análise do Desenvolvimento Humano será feita a partir dos dados do PNUD e de outras fontes consideradas importantes para ampliar a discussão. Finalmente serão analisados os elementos de forma horizontal nas suas relações, para entender como o Capital Social e o Desenvolvimento Humano se relacionam e se explicam um ao outro. O quadro seguinte ilustra a idéia geral do exercício, em que as técnicas seriam a estatística descritiva e a Análise de Componentes Principais e as dimensões seriam as características do capital social consideradas para o estudo.

Quadro 1. Técnicas e dimensões de pesquisa.

TECNICAS\ DIMENSÕES	DIMENSÃO A	DIMENSÃO B	CONCLUSÕES
TECNICA 1	DA T1	DB T1	CONCLUSÕES DA T1
TECNICA 2	DA T2	DB T2	CONCLUSÕES DA T2
CONCLUSÕES	CONCLUSÕES DA DIMENSÃO A	CONCLUSÕES DA DIMENSÃO B	CONCLUSÕES TRANSVERSAIS

Fonte. Tomado de Castro, Marinho e Walter. 2003.

O quadro que segue descreve a amostra do WVS feita para cada país.

Quadro 2. Amostra do WVS por país, onda 2005-2006

País	Amostra
Brasil	1.500 entrevistas
Colômbia	3.025 entrevistas

Fonte. WVS.

A amostra para o caso da Colômbia foi maior que a amostra do Brasil. Não obstante, esta diferença não se considera relevante, pois são amostras representativas para cada caso que permitem fazer inferências sobre o comportamento da população. Adicionalmente, a análise que vai ser feita, será por países, de forma separada.

1. MARCO CONCEITUAL

1.1 Capital Social

O termo Capital Social tem sido utilizado nos últimos anos nas Ciências Sociais na expectativa de explicar o funcionamento do mercado ou as formas organizacionais da sociedade, ao tempo que está sendo empregado em diversas políticas públicas e projetos, sendo parte importante da discussão nas ciências sociais.

Na literatura sobre capital social, os trabalhos geralmente fazem uma recopilção histórica do termo apresentando as semelhanças e as variações de cada perspectiva, geralmente baseados em autores principais como Bourdieu, Coleman, Putnam e Grannoveter, para depois chegar a uma definição própria empregada pelo autor. Por isso, assim como pela popularidade do termo, fazer uma revisão da literatura sobre seu uso é um exercício de pesquisa que pode ser motivo de uma outra dissertação. Assim, um primeiro passo neste trabalho será aproximar-se do conceito de capital social a partir de alguns autores, para posteriormente ressaltar quais dos elementos apresentados podem contribuir no estabelecimento da relação entre capital social e desenvolvimento humano. As linhas seguintes fazem uma breve descrição do conceito, com o propósito de chegar a uma posição conceitual para o trabalho.

Vale a pena começar por perguntar-se o seguinte: todas as formas ou dimensões das relações sociais que são consideradas elementos do capital social podem ser interpretadas do mesmo modo? Comportamentos semelhantes ou diferentes de comunidades, nas suas relações sociais, podem ser considerados elementos que explicam a geração ou a ausência do desenvolvimento humano?

Embora o capital social seja considerado novidade por alguns autores, existem posições que argumentam que este conceito não faz nenhuma contribuição original, pois se relaciona com trabalhos como os de Durkheim e Marx no sentido de falar sobre a conveniência da vida em grupo (Portes, 1998). Não entanto, é necessário estudar as posturas conceituais dos autores sobre o capital social para analisar os elementos que comumente são considerados e que caracterizam este conceito.

Para muitos estudiosos do tema, a importância do capital social se dá por ampliar a discussão do conceito do *capital*, enfatizando a influência de questões não monetárias no bem-estar dos indivíduos. É uma perspectiva que vai além do econômico. Assim, o mérito mais importante do capital social é propor um ponto de partida para o estudo de diversos temas sócio-políticos em uma perspectiva interdisciplinar, o que permite considerar de forma mais abrangente os temas de maior interesse nas nossas sociedades atuais (Woolcock, 1998). Esta perspectiva é importante para a presente dissertação, pois o conceito de capital social é de interesse na medida em que contribua em caracterizar a capacidade dos indivíduos de determinar, por meio das suas ações no âmbito social, rumos ou possibilidades de desenvolvimento humano.

Para Bourdieu (1985) o capital social é o conjunto de recursos efetivos ou potenciais que são ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento; ou, em outras palavras, ao pertencimento a um grupo, como conjunto de agentes que não são dotados apenas de propriedades comuns, mas são também unidos por ligações permanentes e úteis. As relações permitem que os indivíduos tenham acesso a diferentes tipos de recursos, os quais estão à sua disposição e podem ser aproveitados fazendo uso das suas relações. Segundo Bourdieu, a forma como os indivíduos se relacionam vai além do espaço físico ou econômico porque as ligações são fundadas em trocas materiais e simbólicas que fortalecem a proximidade. Estas trocas são o capital que cada um dos indivíduos pode usar quando precisar, produto das relações que eles têm, e que são guardadas para

seu uso posterior. Esta visão instrumentalista do termo ressalta dois aspectos: as relações que permitem ao indivíduo ter acesso a recursos, e a qualidade e quantidade desses recursos (Bourdieu, 1985). É fundamental ter clareza que, nesta perspectiva, o capital social aponta para as vantagens e as oportunidades que as pessoas podem obter participando de determinadas comunidades. Esta visão expressa o Capital Social em redes e conexões sociais, afiliação e contato de grupos que, pela acumulação de intercâmbios, obrigações e identidades compartilhadas, proporcionam o apoio atual ou potencial para ter acesso a recursos valorizados e à sociabilidade. Em outras palavras, o capital social se faz de redes, as quais se sustentam mediante habilidades e disposições dos indivíduos que as compõem. Assim, esta definição do capital traz um elemento importante para o propósito deste trabalho: enfatizar em que a existência ou a ausência de relações permitem o maior ou menor acesso aos recursos.

Seguindo a linha de Bourdieu e de outros autores, pode-se falar de capital social individual e capital social coletivo, no sentido do foco da análise. Assim, o primeiro seria o capital social analisado desde a perspectiva egocêntrica, ou seja, o capital social a partir das relações de cada um dos indivíduos a serem estudados, e o segundo seria o estudo do capital social de uma comunidade como conglomerado, ou seja o conjunto de relações e atitudes ao nível da comunidade. Outro campo para ter em conta é aquele do *support system*, no qual se tem demonstrado a importância das relações sociais informais ao oferecer apoio às pessoas, permitindo usar melhor as suas capacidades e energias. Segundo Granovetter, estas relações são chamadas de elos fortes, as quais são úteis para o apoio, mas que nem sempre são eficazes para a inserção dos indivíduos em novos espaços (Granovetter, 1985). Em suma, esta forma de ver o capital social nos permite analisar como os indivíduos utilizam a estrutura das relações sociais para perseguir seus próprios fins, e também para analisar os processos que descrevem como as relações interpessoais são produzidas e reproduzidas para formar o tecido da sociabilidade (Bagnasco, 2003).

Coleman (1998) introduz um aspecto da teoria da escolha racional ao conceito de capital social, definindo-o como um recurso disponível para os atores, em que o importante é a sua funcionalidade, pois facilita certas ações do indivíduo dentro da estrutura social. Esta facilidade determina o caráter produtivo deste conceito, pois permite ao indivíduo atingir certos fins, que sem o capital social não teria conseguido. Coleman propõe uma perspectiva do conceito a partir do ponto de vista do sujeito que trata suas relações sociais como meios para a consecução de determinados fins (Bagnasco et. al., 2003). Nesta perspectiva, o capital social usa os recursos e mostra a forma como eles podem ser combinados com outros recursos para produzir diferentes comportamentos ou resultados para os indivíduos. Segundo Coleman, o capital social depende da confiança existente no ambiente, a qual se cria por meio de relações dentro das redes sociais. A concepção de Coleman é mais estrutural, já que coloca ênfase nas redes, enquanto a proposta de Putnam teria uma visão mais culturalista, como se notará mais adiante.

É importante ressaltar que para Bourdieu e Coleman o capital social é inerente às relações e as redes sociais. Para possuir capital social, o indivíduo tem que estar relacionado, e outros com quem se relaciona são a fonte dos seus benefícios. Assim, poderíamos dizer que o capital social é considerado como uma propriedade de uma comunidade.

Putnam (1993), por sua vez, trabalha o conceito de capital social a partir dos seus efeitos. O autor tenta estabelecer quais são as características e as razões que explicam as diferenças entre os governos do norte e do sul da Itália. O trabalho de Putnam foi feito com base num estudo das regiões da Itália durante um período de 20 anos. Sua metodologia, baseada em dados de entrevistas e medidas quantitativas, o levou à conclusão que as regiões com as relações sociais mais dinâmicas e horizontalizadas têm melhores possibilidades de sucesso econômico, porque contam com altos níveis de capital social, e que as regiões menos desenvolvidas carecem desta virtude cívica - *civiness* (Portes, 1998).

Putnam identifica a *civicness* com a confiança interpessoal, que facilita a cooperação entre cidadãos para objetivos comuns, favorecendo assim as instituições políticas e as atividades econômicas. Portanto, o capital social diz respeito às características da organização social, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade. A importância da perspectiva colocada por este autor se baseia na relação que estabelece entre capital social e desenvolvimento para os seus casos de estudo. Desta forma, o capital social é um meio e um efeito, pois traz resultados positivos como o desenvolvimento econômico. A popularidade do trabalho do Putnam, o que em certo sentido é também uma motivação para o presente trabalho, se centra na possibilidade da auto-organização da sociedade e da ideologia de *self-help* como sustento para a ação do associacionismo e do voluntariado (Bagnasco, 2003).

Assim, a existência de capital social parece fazer diferença no funcionamento das comunidades e no rumo que elas podem tomar. Como vemos, o trabalho de Putnam (1993), assim como o trabalho de Fukuyama (1995), argumenta por uma relação entre capital social e desenvolvimento. Para Putnam, parece que o capital social é a variável que faz a diferença em relação aos rendimentos sociais. Assim, o contexto e a história determinam a dotação de capital social de uma sociedade, que por sua vez determina o funcionamento das instituições e por extensão o sistema econômico que leva ao desenvolvimento. Para Putnam, a explicação da diferença entre o sul e o norte da Itália se baseia neste suposto, do qual resulta que no norte da Itália, onde existe uma forte tradição cívica e uma ampla dotação de capital social, há maior desenvolvimento econômico e melhores prestações sociais das instituições políticas. As regiões do sul, por sua vez, têm uma tradição cívica fraca ou inexistente com poucas dotações de capital social, fazendo com que os governos sejam ineficazes e exista estancamento econômico.

A perspectiva de Putnam e Fukuyama apresenta falhas para alguns autores, pois não considera o papel ativo dos atores sociais, subestima o papel das variáveis políticas e sobreestima o conceito de capital social. Por isso

muitos autores têm refutado as conclusões de Putnam, demonstrando que o sul da Itália tem outras formas de capital social que não foram consideradas pelo autor (Bagnasco et al, 2003).

Narayan e Pritchett (1997) também se situam entre os autores que determinam os resultados que o capital social pode trazer às coletividades, colocando cinco mecanismos sobre como o capital social afeta as sociedades e que sua existência traz consigo resultados positivos:

- O capital social melhora a habilidade da sociedade para monitorar o governo, ou porque os funcionários estão mais imersos dentro da rede social, ou porque monitorar o funcionamento dos serviços públicos é considerado como um bem social.
- Incrementa as possibilidades da ação cooperativa na solução de problemas, com elementos locais de *propriedade comum*.
- Facilita a difusão de inovação porque incrementa as relações entre os indivíduos.
- Reduz as imperfeições na informação e expande a faixa de aplicação de alguns mecanismos que incrementam as transações nos mercados.
- Incrementa a existência de redes de seguridade entre *households* (vizinhos), permitindo obter melhores resultados, não obstante, aplicando atividades ou técnicas de maior risco.

1.1.1 Problemática do conceito

Um problema inerente ao conceito de capital social é a amplitude de suas definições, pois o termo acaba por considerar amplos aspectos da vida coletiva, resultando ao final numa vaga explicação. Por isso, o termo pode gerar muitas expectativas que ao final não são de fácil mensuração ou aplicação.

Pelo visto, o conceito de capital social sugere que sejam levadas em conta as características do contexto, institucional e social, onde ele está

inserido. Assim, o capital social tem um caráter dinâmico e situacional quando o consideramos a partir da visão coletiva, e se poderia dizer que a sua utilidade vai depender desse contexto. Portanto, vale a pena perguntar-se como se pode generalizar sobre a sua utilidade ou aplicabilidade? Eis um dos grandes entraves que o capital social traz consigo.

Existe também a expectativa generalizada de que o capital social pode ser entendido em termos dos seus resultados. Esta visão merece cuidado, porque não permite ter clareza entre causas e conseqüências. No trabalho de Putnam, por exemplo, existe uma tautologia da explicação entre o que faz um governo bom o mau, pois é difícil estabelecer a causalidade entre a existência de capital social e um bom governo (Portes, 1998). O centro da discussão está em propor que o capital social de uma comunidade explica a geração de desenvolvimento, pois implica uma relação de causalidade onde não é fácil estabelecer qual característica é conseqüência da outra. A análise do capital social deve implicar a separação entre a definição do conceito e os seus efeitos, estabelecendo algum tipo de controle na direcionalidade para demonstrar que o capital social é prévio aos resultados que supostamente produz. Alguns autores, como Portes, propõem trabalhar controlando fatores externos que podem modificar o capital social e seus efeitos, identificando as origens históricas do capital social de uma comunidade (Portes, 1998).

Embora analisar o capital social na relação com o desenvolvimento desde a perspectiva da causalidade seja um exercício importante, não é o objetivo desta dissertação. Como se vê, esta análise é difícil e supõe um exercício longo que contenha uma perspectiva contextual e histórica. A proposta da presente dissertação é fazer uma aproximação do capital social do ponto de vista dos elementos que o caracterizam, para posteriormente relacioná-los com o desenvolvimento humano, e analisar a coerência entre os resultados de um e outro.

1.1.2 Dimensões do Capital Social

A principal motivação nesta parte do trabalho é compreender o capital social centrado na seguinte pergunta: quais relações sociais caracterizam o capital social na Colômbia e no Brasil?

Teoricamente, o capital social é definido com base em dimensões que o caracterizam. Existem muitas opções para definir as dimensões que compõem o capital social. Para começar, é preciso ter em conta o seguinte:

- O capital social pode ser entendido como uma variável dependente, que é o resultado de um conjunto de causas e processos que dão conta da sua formação ou existência.
- O capital social pode ser analisado como uma variável independente, estudando assim a suas conseqüências ou a sua influência em outras condições sociais.

Considerando que o capital social é explicado por um conjunto de características, atitudes e relações dos indivíduos e suas comunidades, pode-se entender que o capital social é o resultado da existência ou não destas características. Assim, o capital social poder ser entendido como a soma ou a diferença de variáveis da ordem de participação cívica, participação política, confiança interpessoal, confiança institucional, e algumas variáveis socioeconômicas (Sudarsky, 2000). Em conseqüência, o interesse nesta parte do trabalho será entender o capital social a partir dessas características. Assim, o capital social será entendido como uma variável dependente, a qual é explicada em maior ou menor medida pelas dimensões estudadas. Uma vez feito este exercício, o passo seguinte será comparar se estas condições explicam o nível de desenvolvimento humano de cada país.

Como foi mencionado, os dados que serão empregados para fazer a análise do capital social no Brasil e na Colômbia são tomados do World Values Survey – WVS para a onda 2005-2006. A primeira parte do estudo constitui

uma análise descritiva das dimensões que teoricamente são mais relevantes. Depois se tentará identificar as variáveis que explicam melhor o capital social para cada um dos casos, por meio da técnica de Análise de Componentes Principais (ACP).

1.1.3 Aproximação do modelo teórico proposto

Existem diferentes métodos que têm sido usados para a medição de capital social pelos diferentes autores interessados no tema. Pela amplitude do conceito e pelas diferentes aplicações, não se pode chegar a uma única forma de fazer uma medição do capital social, especialmente porque o conceito inclui propriedades que são complexas de mensurar. Os trabalhos feitos neste sentido geralmente apontam à geração de indicadores baseados em dados secundários que se aproximam de uma medição do capital social.

Por isso, é necessário ressaltar as variáveis mais importantes que têm sido empregadas em trabalhos anteriores, e que servirão para a operacionalização do conceito. A descrição das dimensões mais importantes usadas no momento de mensurar o capital social é a seguinte:

1. Participação cívica: entendida geralmente como a participação em organizações voluntárias e a importância que os indivíduos dão aos temas de interesse nacional (Sudarsky, 2001).
2. Participação política: entendida como a participação em ações políticas, a importância que tem a política para os indivíduos, seu grau de interesse e a frequência com que fala dela (Sudarsky, 2001).
3. Confiança interpessoal: entendida como a confiança nos outros, tipo de vizinhos mais ou menos aceitos (Sudarsky, 2001).
4. Confiança Institucional: confiança em instituições como a igreja, o estado e os partidos políticos (Sudarsky, 2001).
5. Comportamentos de obediência à lei: perspectiva que os indivíduos têm sobre o a lei, o respeito e a idéia de que são tratados de forma igual (Renno, 2001).

6. Variáveis sócio-econômicas: gênero, idade, classe social, nível de estudos.

Para o presente trabalho, tomando como referência a teoria estudada e a disponibilidade dos dados no WVS, se dimensionou o capital social como segue:

Quadro 3. Dimensões do capital social (KS)

Participação cívica (PC)	Participação política (PP)	Confiança interpessoal (CI)	Confiança Institucional (CIns)	Variáveis sócio-econômicas (VSE)
Importância de viver em um país governado democraticamente	Importância que tem a política para os indivíduos	Família importante na vida	Confiança em sindicatos, partidos políticos, o governo	Gênero
Grau de pertencimento ao país	Grado de interesse na política	As pessoas tentam ou não levar vantagem sobre o indivíduo		Idade
	Votou nas últimas eleições			Classe social subjetiva
Participação em organizações voluntárias: sindicatos, partidos políticos, organizações humanitárias	Participação em ações políticas: assinar um abaixo-assinado, participar de manifestações pacíficas	Confiança nos outros: pessoas em geral, família, vizinhos, pessoas que conhece pessoalmente, pessoas que vê pela primeira vez		Nível de estudos

Fonte: A autora

Assim, um modelo teórico que explique a relação entre capital social e as dimensões seria o seguinte:

$$KS = f (PC, PP, CIP, CIns, VSE)$$

Como foi mencionado, mensurar o capital social é um exercício complexo, pois não existe uma forma definitiva de fazê-lo. É o mesmo caso da mensuração das dimensões que teoricamente o compõem. Tendo isso em conta, para o presente trabalho será suficiente analisar por meio da estatística descritiva o comportamento das variáveis em cada um dos países e fazer, a partir desses dados, inferência sobre o capital social.

1.1.3.1 Análise de Componentes Principais.

O propósito da Análise de Componentes Principais - ACP é determinar, a partir de um grupo de variáveis, as componentes nas quais essas variáveis podem ser agrupadas. A ACP permite reduzir a dimensionalidade dos dados, transformando um conjunto de variáveis num novo grupo de variáveis, chamadas componentes principais.

A vantagem da ACP é que permite fazer uma análise exploratória dos dados, para propor uma análise estatística posterior. Igualmente, reduz a matriz de dados, já que tomando as primeiras componentes se consegue explicar a maioria da variância dos dados. Igualmente se podem construir variáveis não observadas a partir das componentes achadas. Este exercício foi feito com a ajuda do aplicativo de estatística SPSS.

1.2 Desenvolvimento Humano

A perspectiva geral do desenvolvimento

As definições clássicas de desenvolvimento enfatizam geralmente a perspectiva do desenvolvimento econômico. Frente ao problema do subdesenvolvimento, algumas correntes propõem soluções por meio de reformas agrárias e sistemas de governo que protejam certos setores da população, especialmente os setores agrícolas. Se apresentam também algumas respostas ao problema do subdesenvolvimento, como a existência de um governo que promova o crescimento do setor industrial, ou que ofereça condições políticas que solucionem o problema agrário (Baran, 1957). Estas lógicas do estudo do desenvolvimento centradas no papel do estado e das diferentes estruturas sociais, propõem uma análise a partir do ponto de vista dos diferentes sistemas econômicos. Bauer (1975), por exemplo, trabalhou o conceito de desenvolvimento na perspectiva dos países subdesenvolvidos a

partir dos modelos econômicos aplicados na época, sendo aqueles as razões que explicam a situação econômica dos países. A explicação do subdesenvolvimento nesta corrente é consequência da inexistência de fatores favoráveis para o progresso material (Bauer, 1975), por quanto se considera que os níveis de desenvolvimento estão ligados unicamente ao progresso econômico ou material. As ações humanas parecem ser fatores do contexto que favorecem ou não esse progresso, mas não são geradoras do desenvolvimento. Assim, a perspectiva se centra no processo das políticas econômicas governamentais, onde os indivíduos são tidos como consequência da aplicação do processo, e não como criadores de desenvolvimento em si.

No entanto, Hoselitz na década de 1960 reconheceu que para analisar o desenvolvimento se deveria ter em conta elementos diferentes dos indicadores tradicionais econômicos. Desta forma, ele deu ênfase na importância da mudança cultural como parte e pré-condição do desenvolvimento econômico, tomando a educação e o sentido de comunidade como características a serem consideradas ao estudar o desenvolvimento (Singer, 1975).

Enxergar o desenvolvimento a partir de uma perspectiva mais ampla implica analisar as diferentes dimensões que podem determiná-lo, especialmente as dimensões que podem explicar aquilo que se entende por bem-estar. Diversos autores (Nussbaum e Narayan) têm tentado estabelecer as dimensões que podem determinar quais valores ou necessidades humanas afetam de forma mais direta o bem-estar. Esta perspectiva significa ir além daquelas necessidades básicas, como a alimentação, para incorporar uma gama mais ampla de necessidades humanas, tais como educação, saneamento, habitação etc. Definir pobreza – ou desenvolvimento – com base em patamares mínimos de satisfação dessas novas necessidades abre possibilidades; por exemplo, para Rocha (2006), a perspectiva das necessidades básicas insatisfeitas (NBIs) permite definir de forma mais ou menos estrita o que elas são, de acordo com a forma como a situação se apresenta em cada sociedade. Em consequência, considerar o desenvolvimento com um enfoque

multidimensional abre novas perspectivas ao que se entende por bem-estar, em que cada dimensão é um elemento chave ou um aspecto do desenvolvimento que coexiste com outros elementos (Alkire, 2002).

1.2.1 O conceito de Desenvolvimento Humano

O Desenvolvimento Humano trabalhado a partir da perspectiva de Sen (1999) ou Nussbaum (2000) aporta à discussão sobre a forma de enxergar o desenvolvimento, tomando como referentes as teorias do bem-estar e a perspectiva das necessidades básicas insatisfeitas NBIs. Segundo Amartya Sen (1999), o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades reais dos indivíduos. Para ele, as liberdades constituem um fim e um meio para o desenvolvimento. A contribuição de Sen à literatura sobre o tema está precisamente em enfatizar o conceito de desenvolvimento como gerador de um ambiente que permita aos indivíduos fazer uso das suas capacidades reais para melhorar as suas condições de vida, ou seja, seu bem-estar. A dimensão de liberdade como condição para o desenvolvimento é colocada pelo autor como um indicador claro da importância dos indivíduos como agentes do desenvolvimento. Portanto, as medidas tradicionais do desenvolvimento - incremento na renda per capita, consumo, saúde e educação - são na verdade formas de expandir os campos de ação dos indivíduos e ampliar suas capacidades individuais. Assim, o desenvolvimento humano é entendido por alguns autores como o desenvolvimento máximo dos indivíduos em todos os sentidos: público e privado, econômico e social, político e espiritual (Alkire, 2002).

Segundo Mahbub Haq (2003) o desenvolvimento humano é uma concepção do desenvolvimento que inclui escolhas diferentes, além da renda. O uso que as pessoas fazem da riqueza é o centro da discussão, não a riqueza em si. Para este autor, a contribuição do paradigma do desenvolvimento humano é questionar o vínculo imediato que se faz entre a expansão da renda e a expansão das escolhas humanas, ou entre riqueza e bem-estar. O paradigma

questiona também o uso do poder, no sentido de ressaltar o tipo de políticas públicas que serão geradas em uma sociedade, na procura ou não da igualdade. Os aspectos fundamentais do desenvolvimento humano são (Haq, 2003; pg.16):

1. As pessoas são o centro do conceito, o que se reflete a partir da sua participação no desenvolvimento e dos benefícios que percebem dele.
2. A formação de capacidades individuais e o uso delas pelos indivíduos, no sentido de melhorar suas oportunidades de emprego, qualidade na saúde e na educação.
3. Os meios para atingir o desenvolvimento são importantes. Neste sentido, o PIB é um meio que expande as opções humanas, mas deve ser considerado dentro do contexto social.
4. O paradigma inclui toda a sociedade, não somente sua economia, levando em conta aspectos sociais, culturais e políticos.
5. As pessoas não são um meio de produção.

Assim, segundo Haq (2003), os componentes essenciais do desenvolvimento humano que o distinguem do conceito tradicional do desenvolvimento, são:

- ✓ Equidade, entendida em termos do acesso às oportunidades.
- ✓ Sustentabilidade, não somente dos recursos naturais, mas também das oportunidades individuais. Assim, deverão ser sustentáveis todas as formas de capital, físico, humano, financeiro e ambiental.
- ✓ Produtividade, que se obtém com investimento nas pessoas e no ambiente macroeconômico para que possam alcançar seu máximo potencial.
- ✓ *Empowerment*, para que as pessoas possam participar nas atividades e processos do desenvolvimento. Significa que os indivíduos podem fazer exercício de sua liberdade para fazer escolhas.

Neste sentido, o desenvolvimento humano também dá importância às interações dos indivíduos, às suas relações políticas, sociais, ideológicas e institucionais. Podemos dizer que o desenvolvimento humano é um tipo de desenvolvimento “de baixo para cima”, dando prioridade às relações sociais dos indivíduos como os laços familiares, de vizinhança, étnicos ou religiosos. É um desenvolvimento com uma visão endógena, na qual as soluções vêm da comunidade. Isto implica que os indivíduos são agentes desencadeantes e as suas ações afetam o rumo do desenvolvimento das suas comunidades, fazendo foco na sua participação. Por tudo isso, a teoria do desenvolvimento humano é central para a presente discussão por sua ênfase nos indivíduos como agentes de desenvolvimento, e por tanto na forma produtiva de interação entre eles. Eis a importância de tentar estabelecer a ligação empírica entre o capital social e o desenvolvimento humano.

Em quanto à relação entre desenvolvimento humano e suas consequências na qualidade de vida das pessoas, Streeten (1984) estabelece uma relação entre o desenvolvimento humano e a pobreza, dando ênfase em algumas razões pelas quais se deve promovê-lo: reduz os distúrbios civis e incrementa a estabilidade política, contribui para uma sociedade civil saudável, para a democracia e a estabilidade social. Outros autores têm tentado relacionar o desenvolvimento humano com processos de democratização. Um exemplo é o trabalho de Inglehart e Welzel (2005), quando analisam a democratização a partir do desenvolvimento humano, especificamente por meio do IDH. Existem autores que consideram esta perspectiva do desenvolvimento como integradora de processos explicativos da democratização, já que a definição do DH inclui uma perspectiva baseada na cultura dos indivíduos. Assim, o desenvolvimento humano avança quando as pessoas têm maior autonomia na escolha das opções para suas vidas. É, por conseguinte, a união de duas correntes: a perspectiva da modernização, como uma forma de prover recursos socioeconômicos que incrementam as capacidades dos indivíduos de atuar conforme as suas escolhas, com a cultura cívica que promove a valorização da liberdade de escolha e portanto a democratização. Poder-se-ia

dizer, com base neste tipo de análise, que faz sentido propor estudar a relação entre o desenvolvimento humano e o capital social.

1.2.2 A medição do Desenvolvimento Humano por meio do IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é um indicador de desenvolvimento criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cuja base teórica se encontra nos conceitos de Mahbul ul Haq e Amartya Sen. Desde 1990 o IDH é uma medida comparativa usada para determinar os diferentes níveis de desenvolvimento humano dos países. Desta forma, anualmente são feitos os Relatórios de Desenvolvimento Humano que classificam os países segundo seu nível de desenvolvimento como sendo de alto, médio ou baixo grau de desenvolvimento humano. A importância desta medida é que constitui uma alternativa ao PIB como medida de desenvolvimento dos países.

A concepção deste índice foi essencialmente adotada do *Physical Quality of Life Index – PQLI* concebido por Morris e Liser em 1977. O PQLI reunia num índice único três características reputadas como básicas para refletir qualidade de vida: mortalidade infantil, esperança de vida com um ano de idade e taxa de alfabetização (Rocha, 2006). Para Rocha, o IDH sintetiza de certa forma a discussão sobre índices de desenvolvimento ocorrida nos 30 anos precedentes à sua criação. A diferença entre o IDH e o *Physical Quality of Life Index* PQLI é que, no IDH, o indicador de nível educacional passa a ser expresso como uma média ponderada da taxa de alfabetização – com peso 2 – e da taxa de matrícula nos três níveis de ensino – com peso 1, enquanto no PQLI era a taxa de alfabetização geral. A segunda modificação concerne à inclusão do PIB per capita como indicador em substituição à taxa de mortalidade infantil (Rocha, 2006).

O PNUD define o IDH como uma medida de desenvolvimento composta por três elementos: viver uma vida longa e saudável, ter educação e ter um nível de vida “decente”. Como se pode ver, a definição do PNUD inclui alguns

aspectos subjetivos que enviesam a perspectiva do desenvolvimento humano. Na prática, o IDH é produto da média aritmética simples de três indicadores relativos a aspectos fundamentais da condição de vida: a esperança de vida ao nascer, o nível educacional e o PIB per capita. Como para compor o índice os indicadores básicos utilizados são expressos em unidades de medidas diversas, o cálculo da média requer a transformação dos valores em unidades de medida comparáveis, passando a ser expresso como um valor entre zero e um, depois de ser normalizado com base nos seus valores máximos e mínimos estabelecidos como limites extremos.

Uma característica muito importante que se deve ter em conta ao estudar o IDH é que o indicador é empregado como uma medida internacional que tem caráter comparativo. A mensuração do desenvolvimento humano por meio deste indicador permite calcular semelhanças e diferenças entre países. Este fato é imprescindível para a presente dissertação, pois como foi mencionado, o exercício é precisamente comparativo. A seção que segue analisa algumas dificuldades do IDH como instrumento para medir o desenvolvimento humano, as quais são importantes de ter em conta no momento de utilizar seus dados.

Os dados do Relatório de Desenvolvimento Humano para 2006 mostram que Brasil e Colômbia se encontram nos postos 69 e 70 respectivamente, no *ranking* mundial de Desenvolvimento Humano, de um total de 177 países para os quais se há dados. O IDH para o Brasil é de 0.792 e o indicador para Colômbia é de 0.790². Como é evidente, não existe uma diferença grande entre o IDH destes dois países.

A proximidade do IDH da Colômbia e do Brasil leva a questionar quais os elementos que determinam semelhanças ou diferenças nos níveis de desenvolvimento humano destes dois países, e como o capital social, que teoricamente é considerado um elemento constituinte do desenvolvimento,

² <http://hdr.undp.org/hdr2006/statistics/>

contribui nesta explicação. Uma primeira conclusão poderia ser que, já que os indicadores do IDH de Colômbia e Brasil são tão similares, os níveis de capital social deveriam ser também muito semelhantes para estes dois países. Nos capítulos relacionados com cada país se faz uma análise sobre o indicador e algumas condições sócio-econômicas que podem ou não ser refletidas no IDH.

1.2.3 Alguns problemas na mensuração do IDH

A respeito dos dados utilizados no índice, no cálculo do IDH, o uso da esperança de vida como índice sintético de qualidade de vida apresenta uma desvantagem, pois é uma média que não reflete as diferenças de utilidade da esperança de vida por faixa etária (Rocha, 2006). Neste indicador está associada a mesma utilidade de vida a cada faixa etária, quando o ideal seria ter outro indicador que pondere diferentemente a duração de vida nas várias idades. Além disso, às vezes, os dados sobre a expectativa de vida não estão disponíveis nos países menos desenvolvidos.

Também, os níveis de educação não são comparáveis no sentido de que existem diferenças na definição de alfabetização, assim como nos dados sobre participação no sistema educativo. Além disto, os dados empregados não têm em conta a qualidade da educação, as taxas de saída do sistema educativo e o tempo total de estudo para cada país.

Por outro lado, o PIB para muitos países em desenvolvimento tem problemas na cobertura, erros de medição e vieses. Segundo Morris (1979), o PIB é uma medida apropriada de resultados, mas não de bem-estar. Igualmente, o PIB varia dependendo da flutuação das taxas de câmbio entre dólares e a moeda nacional, portanto, para a análise do PIB, deve-se considerar o nível mínimo de subsistência de cada país. Este tipo de falta nos dados se apresenta ao nível interno com particularidades para cada país, o que faz com que seus dados não sejam totalmente comparáveis entre países.

Segundo Rocha (2006), o IDH não consegue uma real comparação entre países, porque todos os indicadores utilizados são médias, o que mascara a ocorrência de situações extremas associadas à desigualdade de bem-estar entre os indivíduos. Assim, o IDH não consegue diferenciar, a um dado nível de PIB per capita, qual a incidência da pobreza que ocorre como resultado da desigualdade de renda em cada país.

1.3 Capital social e desenvolvimento humano: faz sentido estabelecer esta relação?

Tendo em vista que as escolhas econômicas dos indivíduos são influenciadas, não só pela disponibilidade dos recursos econômicos, mas também pelos recursos sociais, faz-se importante analisar quais os elementos que o capital social provê para entender as diferenças ou semelhanças no desenvolvimento humano dos países e analisar se a combinação destas duas visões realmente nos permite avançar.

No entanto, é oportuna uma visão de capital social que seja suficientemente aberta, tanto quanto às origens do conceito como às suas possíveis conseqüências, e que não se considere automaticamente que a existência de capital social é um recurso para o desenvolvimento (Trigilia, 2000). O interesse desta dissertação se encontra nas conseqüências positivas que o capital social pode gerar, porque se bem o capital social não é suficiente para gerar desenvolvimento humano, o que se quer ressaltar é que no contexto teórico se faz uma relação direta entre estes dois conceitos, no qual empiricamente ele deve influir significativamente.

O capital social incrementa a valorização do capital humano, assim como do capital físico e financeiro, através de formas de cooperação eficazes entre os indivíduos (Trigilia, 2000). A inovação e a flexibilidade na solução de problemas de uma comunidade estão ligadas aos processos de cooperação comunitários que implicam compartilhar uma linguagem e as formas de conhecimento que

permitam aproveitar melhor as tecnologias e as formas organizativas, facilitando o desenvolvimento de relações tácitas como recurso efetivo de uma comunidade, porque favorece a troca de informação e as relações entre sujeitos e empresas. Assim, uma boa rede de relações entre organizações e instituições locais, pode favorecer a geração de desenvolvimento humano, por meio da dotação em infra-estrutura, serviços ou informação, tanto econômicos como sociais. Em conseqüência, pode-se suponer que a relação entre capital social e desenvolvimento humano se faz argumentando que aqueles países que têm maiores níveis de capital social também são os países que registram maiores níveis de renda e melhores índices de competitividade.

Os trabalhos que consideram que existe uma relação entre capital social e desenvolvimento humano encontram uma relação positiva entre os dois conceitos. Baseado em Woolcock (1998), o desenvolvimento das relações sociais, além das relações primárias, gera iniciativas de desenvolvimento. Um claro exemplo disso é um trabalho feito pela Corporación Andina de Fomento - CAF, no qual a relação se torna explícita no quadro seguinte (Jaramillo, 2003):

Quadro 4. Capital social e desempenho econômico em alguns países

PAIS	CAPITAL SOCIAL (RANKING)³	PIB PER CAPITA PPC 2000 (US\$)	IDH 2000 (RANKING)
FINLÂNDIA	1	24.996	10
SUIÇA	2	28.769	11
DINAMARCA	3	27.627	14
CHILE	27	9.417	38
BRASIL	45	7.625	73
ARGENTINA	49	12.377	34
COLÔMBIA	62	6.428	68
GUATEMALA	73	3.821	120

Fonte. CAF. Cálculo do Capital Social de VED-CAF 2003,
Banco Mundial 2002 e Foro Econômico Mundial 2002

³ A medida de capital social da CAF foi feita como a média simples de nove índices de competitividade do Foro Econômico Mundial (2002), e de três índices de governabilidade de Kaufman et al. (2002). O ranking é o resultado da média simples para cada um dos 75 países para os quais havia dados da amostra.

O quadro ilustra a relação entre capital social e PIB, como variável que mede o desempenho econômico, e o IDH. Segundo o autor, os países que ocupam os melhores lugares do *ranking* de capital social têm uma média de renda per capita de quase quatro vezes a média de América Latina. Da mesma forma, existe uma relação proporcional no *ranking* do capital social e aquele do IDH.

Como se pode ver, estudar a relação entre capital social e desenvolvimento humano ajuda a ampliar a discussão sobre as formas pelas quais os indivíduos podem ser partícipes de seu desenvolvimento, e compreender se a existência do primeiro traz consigo conseqüências para a existência do segundo. Estabelecer uma relação entre estes dois conceitos traz consigo, como já foi mencionado, um problema de causalidade que complexifica a análise, mas que não é o objeto deste trabalho.

2. CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO: O CASO DO BRASIL

Nesta parte do trabalho espera-se caracterizar o capital social e o desenvolvimento humano para cada um dos casos, Brasil e Colômbia. Assim, as perguntas que orientam esta parte do trabalho são: quais as relações sociais que caracterizam o capital social do Brasil e quais delas explicam melhor o capital social deste país?

Este capítulo pretende fazer algumas descrições do capital social no Brasil, baseado nos dados do WVS Brasil para a onda 2005-2006. A amostra total para esta onda foi de 1500 entrevistados. Como foi mencionado, a análise pretende fazer inferências sobre as respostas feitas pelos indivíduos entrevistados no Brasil. Num primeiro momento, a análise será feita com base nas dimensões mencionadas no capítulo do Capital Social. Na segunda parte será feita a Análise de Componentes Principais, também mencionada anteriormente.

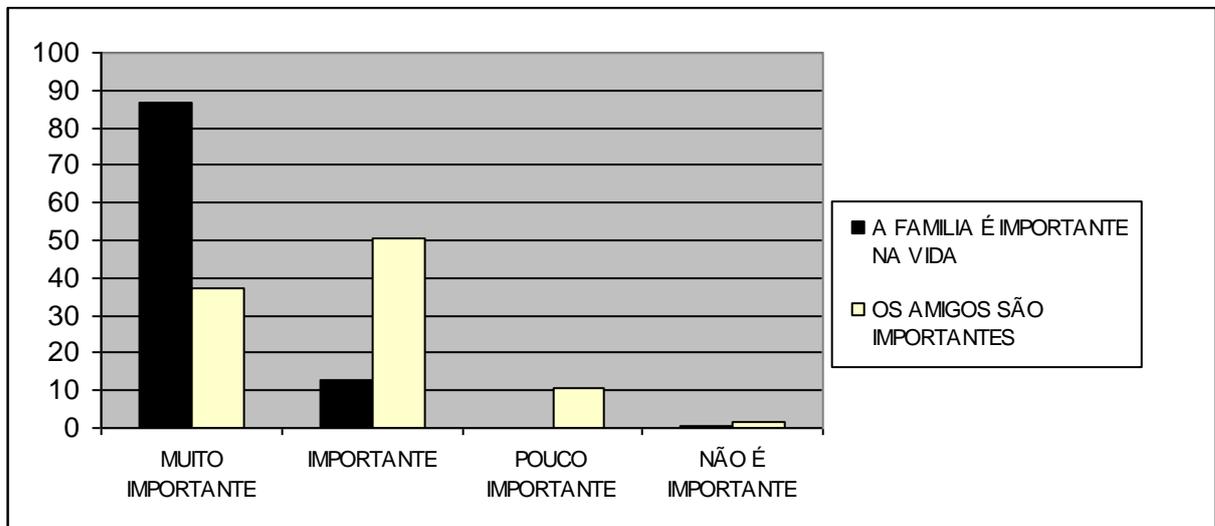
Confiança Interpessoal

Em geral, como se nota na teoria sobre o capital social, a confiança é uma característica que aparece reiteradamente e é considerada a principal atitude que deve estar presente para que exista o capital social. Assim, a existência de confiança se associa às oportunidades de troca de informação, à capacidade de receber e pedir ajuda, à sensação de pertença a uma comunidade e, por conseguinte, às oportunidades de desenvolvimento, estabilidade democrática, apoio à política e à legitimidade do governo.

Devido a que as relações dos indivíduos são importantes, segundo a teoria do capital social, especialmente aquelas chamadas de relações primárias – família e amigos – porque os seus laços de relacionamento criam maior ou

menor confiança e interação, é importante analisar o comportamento destas relações nos entrevistados. A figura seguinte exemplifica a importância que os indivíduos entrevistados no Brasil dão à família e aos amigos.

Figura 1. Grau de importância da família e dos amigos, Brasil, 2006 (percentuais)



Fonte: WVS

Assim, os laços familiares são mais importantes do que os laços de amizade, no entanto, os dois são considerados importantes pelos entrevistados. Estas relações são consideradas importantes numa comunidade, por serem relações sociais de primeiro grau. Teoricamente são as relações que levam o indivíduo a se relacionar com sua comunidade em maior ou menor grau, mas que também podem significar que o indivíduo tem interesses individuais e familiares somente, tendo pouco interesse pela comunidade.

Outro passo no estudo do capital social é compreender como é a confiança dos indivíduos nas outras pessoas, em geral. Para o caso do Brasil, especificamente na onda 2006, se usaram duas perguntas sobre confiança. A primeira delas é a pergunta base que forma parte da bateria do WVS, aplicada em todos os países: "De modo geral, o(a) Sr(a) diria que pode confiar na maioria das pessoas ou precisa ser muito cuidadoso com elas?"

O percentual das respostas para esta pergunta é o seguinte:

1. A maioria das pessoas são de confiança: 9,2%
2. É preciso ser muito cuidadoso: 90,8%

A segunda é uma pergunta de controle, a qual foi feita com o objetivo de comprovar se os resultados sobre a alta desconfiança no Brasil, que se têm apresentado nas ondas anteriores do WVS, são ou não consistentes. A pergunta foi feita da seguinte forma: "De modo geral, o(a) Sr(a). diria que pode confiar na maioria das pessoas ou não pode confiar na maioria das pessoas?"

O percentual das respostas para esta pergunta é o seguinte:

1. A maioria das pessoas são de confiança: 17,0%
2. A maioria das pessoas não são de confiança: 82,3%

Embora o percentual sobre desconfiança diminua na segunda pergunta, as respostas seguem mostrando que, em geral, existe desconfiança nos outros.

Assim, poderíamos dizer que, no Brasil, os indivíduos declaram não confiar na maioria das pessoas. A diferença entre aqueles que confiam e aqueles que não confiam é significativa, levando a pensar que os níveis de confiança interpessoal são baixos, quando se fala de confiança generalizada.

Ao perguntar sobre os laços específicos que levam à confiança, as respostas foram as seguintes:

Quadro 5. Grau de confiança por grupo social, Brasil, 2006 (percentuais)

CONFIANÇA	Confia totalmente	Confia em parte	Confia pouco	Não confia
NA FAMÍLIA	66.3	27.7	4.3	1.7
VIZINHOS	8.1	47.2	29.7	15
CONHECE PESSOALMENTE	14.2	49.7	26.3	9.8
ESTA VENDENDO PELA PRIMEIRA VEZ	1.1	15.6	29.5	53.8

Fonte: WVS

A maioria dos indivíduos entrevistados declara confiar na família, em primeiro lugar, e depois em quem conhecem de maneira pessoal. A confiança é um pouco mais baixa nos vizinhos e os entrevistados declararam não confiar nas pessoas que vêm pela primeira vez. A perspectiva da confiança se pode complementar com a pergunta sobre se as pessoas acham que os outros tentam levar vantagem, em oposição a ser justas. Numa escala de 1 a 10, onde 1 é “A maioria das pessoas tentam levar vantagem” e 10 significa que “As pessoas tentam ser justas”, 60% dos entrevistados dão respostas perto de 1, o que corrobora os resultados sobre pouca confiança nos outros.⁴

Confiança Institucional

A confiança nas instituições se comporta da seguinte forma: das instituições estudadas (sindicatos, partidos políticos, forças armadas, governo e igreja) as pessoas confiam majoritariamente na Igreja (77,8%) e nas forças armadas (69,4%). A confiança nos sindicatos é de 45,9% e no governo, 46,3%. Os partidos políticos têm a menor confiança (21,3%). Devido a que teoricamente o capital social precisa da confiança dos indivíduos no sistema de governo para garantir a estabilidade, é interessante ver que os indivíduos confiam muito na Igreja e nas forças armadas, enquanto as instituições que por suas características devem responder às necessidades da sociedade – sindicatos, governo e partidos políticos – têm a menor confiança dos indivíduos entrevistados.

Participação Cívica

Embora o WVS considere muitas organizações e associações ao falar de participação voluntária, para esta análise só foram consideradas as organizações que estão mais relacionadas com o capital social. Dos indivíduos entrevistados, frente à pergunta sobre sua participação em organizações

⁴ A media das respostas é de 5,01. Desvio padrão: 2.8

voluntárias, 73% não pertence a nenhuma delas. Das organizações mencionadas, a Igreja foi a organização mais mencionada. Dentro do escopo do capital social, é fundamental a participação em partidos políticos e sindicatos que, para o caso do Brasil, é baixa.

Quadro 6. Percentual de pertencimento a organizações sociais, Brasil, 2006

ORGANIZAÇÕES	NÃO PERTENCE	NÃO PARTICIPA	PERTENCE E PARTICIPA
IGREJA	23.4	25	51.6
SINDICATO	81.1	10.2	8.7
PARTIDO POLITICO	89.8	5	5.3
ORG.MEIO AMBIENTE	93	3.4	3.6
ORG. HUMANITARIA OU CARIDADE	80	5.8	14.2

Fonte: WVS

A Igreja, segundo foi visto até agora, é uma instituição com um posicionamento muito importante para os indivíduos do Brasil. Esta característica da confiança institucional e da participação cívica é importante ao considerar os elementos mais característicos do capital social do país.

Frente à pergunta sobre o sentimento de pertença à nação brasileira, os entrevistados responderam concordar ou concordar totalmente em 92% dos casos, permitindo supor que no Brasil as pessoas se sentem parte do país. Este sentimento de formar parte de uma comunidade é importante ao falar de capital social, porque é por meio dele que as ações coletivas tomam força, já que os indivíduos se reconhecem como membros de um grupo maior ao da sua família ou comunidade local.

Participação política

A importância nesta parte é estudar o lugar que os indivíduos dão na sua vida à política, seu interesse e a participação nas eleições. Em geral, estas perguntas nos dão uma idéia sobre a disponibilidade das pessoas para destinar esforços e tempo à política.

Dos entrevistados no Brasil, o 55,4% consideram que a política tem importância. Outros 44,6% consideram que a política não é muito importante ou não é importante. Quanto ao interesse nos assuntos políticos, alguns indivíduos declararam ter um pouco de interesse na política (36%), embora a metade das pessoas entrevistadas estejam pouco ou não estejam interessadas nela (50%). A participação em ações políticas se comporta da seguinte forma: 55,3% das pessoas já participaram assinando um abaixo-assinado, 18,2% têm participado de manifestações pacíficas, enquanto 7,8% participou de boicotes. Adicionalmente, 88% dos indivíduos votaram nas últimas eleições para o Congresso Nacional do Brasil. Pelo exposto, podemos dizer que a participação na política é baixa. Parece que os indivíduos, quando participam, fazem-no nas eleições, e alguns por meio do abaixo-assinado.

Estabelecendo algumas relações

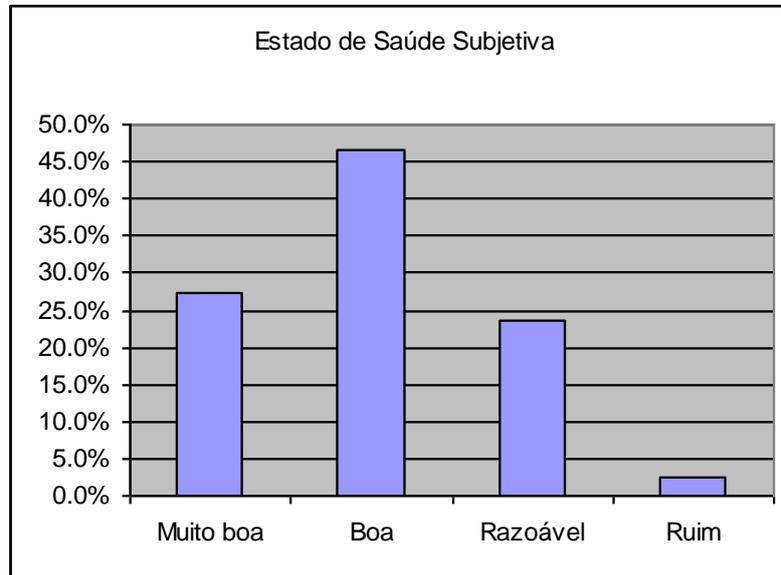
Como foi mencionado no tópico do desenvolvimento humano, a prioridade deste enfoque é incluir na discussão sobre formas de gerar desenvolvimento, as oportunidades das pessoas e valorizar sua participação na promoção de bem-estar próprio e da sociedade, com o suposto de que essas oportunidades incrementam o bem-estar dos indivíduos e de sua comunidade. Como estamos tentando estabelecer alguma relação entre o capital social e o desenvolvimento humano, é interessante fazer uma prova de associação entre estas características. Aproveitando que a bateria do WVS inclui perguntas sobre o grau de satisfação com a vida, a liberdade de escolha e o estado de saúde subjetivo, se considera importante fazer a análise descritiva destas variáveis, para depois analisar se existe alguma associação entre elas e o capital social.

A respeito do grau de satisfação com a vida, numa escala de 1 a 10 em que o menor grau de satisfação é 1, se calculou uma média de 7,41⁵. Assim, o grau de satisfação tende ao positivo, permitindo dizer que as pessoas no Brasil estão satisfeitas com a vida. Sobre a liberdade de escolha, numa escala de 1 a

⁵ Desvio padrão = 2,3

10 em que o menor grau de liberdade de escolha é 1, a média calculada é de 7,73⁶. Ao perguntar sobre o estado de saúde geral (subjetiva), 46,7% dos entrevistados declararam considerar que sua saúde é boa. A figura seguinte mostra os percentuais declarados pelos entrevistados.

Figura 2. Auto-avaliação subjetiva do estado de saúde, Brasil, 2006



Fonte: WVS

Assim, a análise dessas variáveis poderia ajudar a compreender se o bem-estar geral dos indivíduos incrementa sua confiança. Mediante prova estatística de associação, se mostra que não existe relação entre o estado de saúde e a confiança das pessoas, com base nos dados do Brasil do WVS 2005-2006⁷. Também não existe uma associação entre o grau de satisfação com a vida e a confiança nos outros⁸, nem com o grau de liberdade de escolha⁹.

Com base na teoria, o capital social, além da confiança, implica interesse dos indivíduos nos assuntos da comunidade e na política. Assim, deveria existir uma associação entre estas duas características, porque se espera que um indivíduo que confia nos outros tenha um maior interesse nos assuntos políticos que aqueles que não confiam. Não entanto, baseado nos dados do WVS para o

⁶ Desvio padrão = 2,1

⁷ Chi-quadrado = 2,008, p=0,571

⁸ Chi-quadrado = 10,716, p=0,296

⁹ Chi-quadrado =4,641, p=0,864

Brasil, a existência desta relação não é palpável, e portanto não se pode generalizar que a confiança nas pessoas se relaciona com seu interesse nos assuntos políticos¹⁰.

Parece existir uma relação entre a idade das pessoas e a confiança nos outros. Assim, os brasileiros entrevistados que estão com idades entre 30 a 49 anos tendem a confiar mais que aquelas entre os 15 e os 29 anos. Contudo, esta relação não é muito forte para fazer alguma generalização a respeito¹¹.

Em conclusão, as associações que teoricamente deveriam existir entre as variáveis não existem ou não são suficientemente consistentes para poder generalizar sobre sua existência.

Para compreender o comportamento das variáveis mais importantes no estudo do capital social, segue a análise de componentes principais.

Análise de componentes principais

O propósito desta parte é fazer uma análise exploratória sobre as variáveis que caracterizam o capital social no Brasil, e estudar a forma como elas se agrupam, assim como seu peso estatístico dentro da explicação. Usando a técnica da Análise de Componentes Principais (ACP), se utilizaram algumas das variáveis já mencionadas, que são consideradas importantes no estudo do capital social, e que por conta da sua mensuração dentro do WVS são de mais fácil comparação.

Para o caso do Brasil, os dados se agrupam em sete componentes, que explicam o 54% da variância. Estes são:

¹⁰ Chi-quadrado= 3,520, p= 0,318

¹¹ Chi-quadrado=7,0, p=0,030

Tabela 1. Componentes principais das variáveis selecionadas de capital social, Brasil, 2006

Variável	Peso dentro do componente	Percentual da variância explicada
Componente 1		
Confiança no governo	0,799	
Confiança nos partidos políticos	0,777	
Confiança nos sindicatos	0,566	
Componente 2		9,39
Atuação Política assinar um abaixo-assinado	0,709	
Atuação Política participar de boicotes	0,721	
Atuação Política participar de manifestações pacíficas	0,792	
Grau de Interesse na Política	0,376	
Componente 3		9,15
Confiança nos vizinhos	0,705	
Grau de confiança na família	0,404	
Confiança nas pessoas que conhece pessoalmente	0,689	
Confiança nas pessoas que está vendo pela primeira vez	0,713	
Componente 4		6,74
Família é importante	0,679	
Amizades são importantes	0,644	
Eu me vejo como cidadão da nação brasileira	0,480	
Componente 5		6,57
Pertence ou não a sindicatos	0,784	
Pertence ou não a partidos políticos	0,693	
Componente 6		6,11
Pertence ou não a igrejas	0,842	
Confiança na igreja	-0,531	
Componente 7		5,84
Votou nas últimas eleições	-0,352	
Confiança nas forças armadas	0,474	
TOTAL DA VARIANÇA EXPLICADA		54%

Fonte: WVS

Tentando dar uma ordem aos resultados da ACP, podemos nomear e organizar as componentes como se expressa no seguinte quadro, com as variáveis correspondentes:

Quadro 7. Interpretação das Componentes Principais do Capital social, Brasil, 2006

COMPONENTE	EXPLICADO POR
COMPONENTE 1 CONFIANÇA INSTITUCIONAL	Confiança no governo
	Confiança nos partidos políticos
	Confiança nos sindicatos
COMPONENTE 2 PARTICIPAÇÃO POLITICA	Atuação Política assinar um abaixo-assinado
	Atuação Política participar de boicotes
	Atuação Política participar de manifestações pacíficas
	Grau de Interesse na Política
COMPONENTE 3 CONFIANÇA INTERPESSOAL	Confiança nos vizinhos
	Grau de confiança na família
	Confiança nas pessoas que conhece pessoalmente
	Confiança nas pessoas que esta vendo pela primeira vez
COMPONENTE 4 IMPORTÂNCIA DE RELAÇÕES SOCIAIS E PERTENCIMENTO	Família é importante
	Amizades são importantes
	Eu me vejo como cidadão da nação brasileira
COMPONENTE 5 PERTENCIMENTO POLITICO	Pertence ou não a sindicatos
	Pertence ou não a partidos políticos
COMPONENTE 6 RELAÇÃO COM IGREJA – ORG. RELIGIOSAS.	Pertence ou não a igrejas
	Confiança na igreja
COMPONENTE 7 Votações e confiança nas FFAA	Votou nas últimas eleições
	Confiança nas forças armadas

Fonte: A autora

Da ACP pode-se dizer que as componentes 1, 2 e 3 são as que explicam melhor o capital social. Estas componentes expressam uma lógica clara da importância da confiança e da participação, o que esta em concordância com o expressado teoricamente. Entretanto se esperaria que confiança e participação, por exemplo, estivessem na mesma componente.

A sétima componente tem duas variáveis que teoricamente não deveriam estar juntas: confiança nas forças armadas e participação nas últimas eleições. Essas variáveis deveriam estar nas dimensões de confiança institucional e participação política, respectivamente.

Além disso, a quarta componente demonstra que seria relevante considerar uma nova dimensão para as relações sociais dos indivíduos no sentido do pertencimento à comunidade ou ao país. Uma outra dimensão se faz do pertencimento em agremiações políticas (Componente 5). Uma possível explicação de porque estas variáveis não se encontram dentro da componente de participação política poderia ser que esse tipo de pertencimento significa

uma atitude diferente na destinação de tempo e dos recursos para as pessoas frente à atuação política, como ter interesse na política ou assinar um abaixo-assinado, que significam uma atuação mais esporádica dos indivíduos. Uma dimensão que teoricamente não é considerada, mas que aparece aqui, é a relação das pessoas com a Igreja. Estas variáveis se organizam dentro de uma dimensão nova e independente.

Como foi mencionado na análise descritiva, a confiança e a participação na igreja se destacam das outras variáveis. No entanto, dentro da ACP podemos ver o sentido destas relações. Assim, o pertencimento à igreja explica a existência de capital social de forma direta. Quanto maior o pertencimento à igreja, maior será o capital social. O caso da confiança na igreja significa o contrário, porque é uma relação inversa com as outras variáveis. Então, quanto maior a confiança na igreja, menor será o capital social.

Esta relação pode ser sustentada teoricamente no sentido de dizer que para a existência de capital social é importante que as pessoas participem em associações voluntárias como a igreja. No entanto, a confiança na igreja acima das outras instituições que teoricamente garantem inclusão ou participação cívica, pode ser um indicador negativo para o capital social numa comunidade.

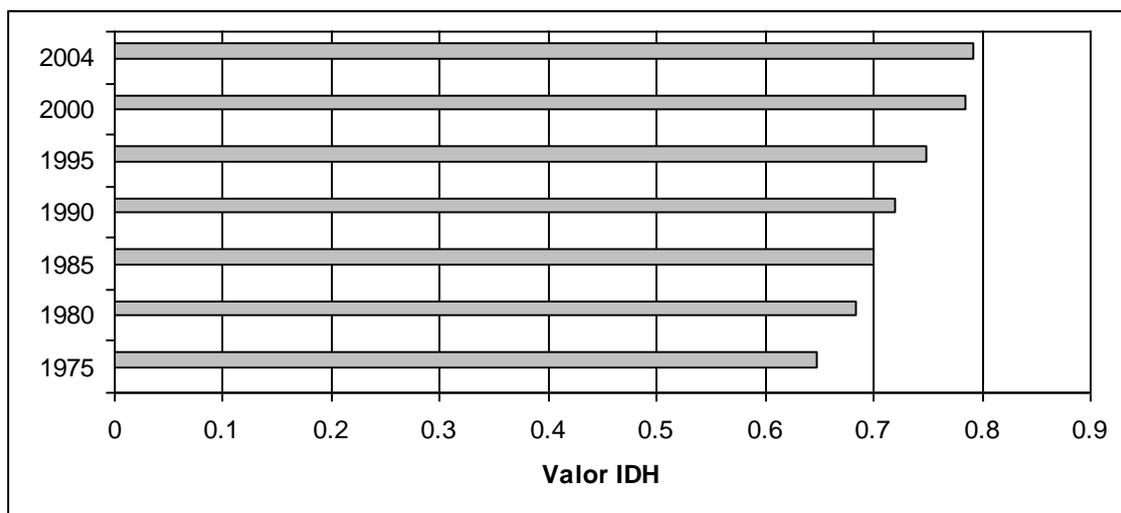
O fato de carregar sete componentes demonstra que as características consideradas de capital social atuam de forma diferente do que se espera teoricamente, já que as variáveis não estão agrupadas nas mesmas componentes. Adicionalmente, pode-se dizer que o exercício demonstra que o capital social não se comporta exatamente como um conjunto de variáveis que o explicam, pois a independência entre as componentes indica que não existe relação entre elas. Isso demonstra o caráter situacional do capital social. Talvez essa mesma análise gerasse resultados diversos em países com contextos diferentes.

Sobre o desenvolvimento humano no Brasil

Nesta parte se espera caracterizar o desenvolvimento humano do Brasil, com o propósito central de estabelecer relações no discurso do desenvolvimento humano com o conceito de capital social.

Historicamente, o nível do IDH do Brasil tem melhorado. Passou de 0,64 no ano 1975 para o valor atual de 0,79. A figura que segue mostra o avanço do IDH do Brasil a partir de 1975.

Figura 3. Valor do IDH por ano, Brasil, 1975-2004



Fonte: PNUD

O Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano Mundial é de 0,792, o que indica que o país se encontra no posto 69 do *ranking* mundial, entre 177 países para os quais se têm dados. Os resultados por componente do IDH são:

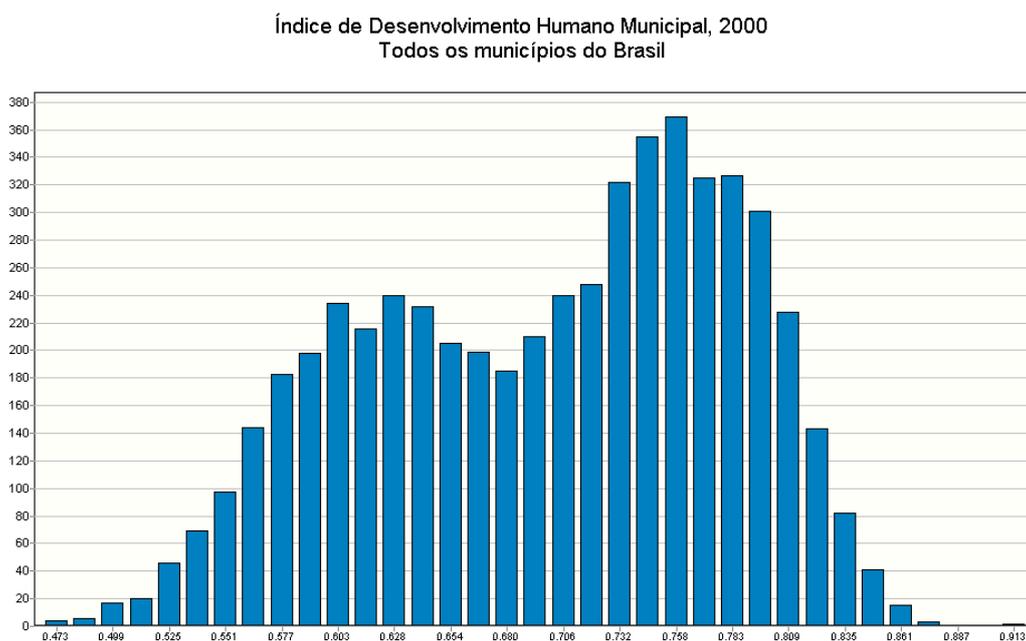
Quadro 8. Resultados parciais do IDH do Brasil, 2004

Indicador	Brasil
Índice de Desenvolvimento Humano IDH	0,792
Expectativa de vida ao nascer (anos)	70,8
Taxa de alfabetização em adultos (% maiores de 15 anos)	88,6
Assistência aos níveis de ensino fundamental, médio e superior (%)	86
PIB per capita (PCP US\$)	8,195

Fonte: Human Development Report - Statistics. 2006.

Uma fonte importante, que não existe para todos os países, é o fato de que o PNUD Brasil calcula o IDH municipal (IDH-M). Estes dados mostram que o menor IDH-M é de 0,467 e o máximo, de 0,919. De todos os municípios, quatro deles têm um IDH-M de 0,473 e dois, de 0,913.

Figura 4. Distribuição do IDH Municipal, Brasil, 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano. PNUD Brasil. 2007

Como se pode ver, existem municípios com um IDH-M muito baixo, parecido com o de países como Madagascar ou Nigéria, que estão nos postos 150 e 151 do *ranking* mundial e são considerados países com desenvolvimento humano baixo. Entretanto, outros municípios do Brasil estão semelhantes à Espanha ou à Itália, que estão nos postos 20 e 21, qualificados como países com alto grau de desenvolvimento humano.

O quadro seguinte compara o *ranking* do Brasil, por componentes do IDH, frente a outros países.

Quadro 9. Resultados do IDH por componentes, países selecionados, 2006

IDH Ranking – País	Expectativa de vida ao nascer (anos)	Taxa de alfabetização em adultos (% maiores de 15 anos)	Assistência aos níveis de ensino fundamental, médio e superior (%)	PIB per capita (PCP US\$)
69. Dominica	83. Vietnam -70,8	61. Malaysia -88,7	39. Suíça – 85,7	63. Romania -8,480
69. Brasil	84. Brasil – 70,8	62. Brasil – 88,6	40. Brasil – 85,7	64. Brasil - 8,195
70. Colômbia	85. Iran – 70,7	63. San Vincent – 88,1	41. Japão – 85,5	65. Tailândia -8,090

Fonte: PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2006.

De acordo com os dados apresentados, a cobertura na educação do Brasil correspondente aos níveis de ensino fundamental, médio e superior é o componente do IDH para o qual se tem melhores resultados, parecidos aos da Suíça e Japão. Contrário é o caso da expectativa ao nascer, onde o *ranking* coloca ao Brasil no posto 84, junto com Vietnam e Irã, que estão nos postos 109 e 96 no *ranking* do IDH.

O Índice de Pobreza Humana, também calculado pelo PNUD, se foca na privação de três elementos que segundo o PNUD são essenciais na vida das pessoas: longevidade, conhecimento e qualidade de vida. Segundo este índice, o Brasil se encontra na posição 22 entre 102 países para os quais foi calculado.

Para compreender a situação social do país, vale a pena verificar outros indicadores sociais que ampliem a perspectiva geral. Alguns dos indicadores geralmente empregados são a taxa de fertilidade por mulher e as taxas de mortalidade infantil. O quadro que se segue contém os dados para o Brasil correspondentes ao ano 2004.

Tabela 2. Outros indicadores sociais, Brasil, 2004

Indicador	Brasil
Taxa de fertilidade (nascimentos por mulher)	2,31
Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	31,8
Taxa de mortalidade menores de 5 anos (por 1.000)	34,2

Fonte: Banco Mundial. 2004

Outro indicador importante é o Índice de Gini, que mostra a desigualdade por meio da análise da distribuição da renda total entre os

indivíduos de um país. Assim, geralmente se toma como medida que reflete a desigualdade entre países com base na renda. Este índice é de 59,3 para o Brasil, segundo o Banco Mundial (2004). Segundo este índice, o Brasil tem um índice de desigualdade parecido ao da Guatemala ou África do Sul que, segundo o *ranking* de desenvolvimento humano, estão nos postos 117 e 120, respectivamente.

O Relatório do Desenvolvimento Humano do Brasil 2005 – racismo, pobreza e violência – dá ênfase na desigualdade profunda do país. A ênfase do relatório se baseia no racismo por ser considerado uma barreira ao desenvolvimento humano. Igualmente centra sua atenção na pobreza, com foco na necessidade de criar participação da população pobre na criação das políticas sociais. Dentro do relatório se enfatiza que a pobreza se relaciona com a desigualdade entre agentes que disputam prestígio, oportunidades, vantagens e liderança (PNUD, 2005).

Segundo o PNUD, a desigualdade traz consigo violência e ausência de serviços públicos, falta de infra-estrutura comercial e isolamento ou dificuldade de acesso a algumas zonas. A violência, segundo este relatório, desagrega a vida comunitária e dificulta o exercício da cidadania, a qual por sua vez demonstra que à pobreza de renda somam-se a pobreza política (falta de capacidade para participar da esfera pública) e a pobreza de direitos (impossibilidade de gozar os direitos formalmente estabelecidos na lei).

Segundo o relatório, o Brasil apresenta uma situação de pobreza de renda e de direitos para alguns segmentos da população, especialmente a população mais pobre do país. Assim, o IDH municipal da população branca em 2000 era melhor que o da Croácia, e o da população negra, pior que o do Paraguai (PNUD, 2005, p15).

Dentro do relatório, é cunhado o termo de *politicidade*, tomado de Paulo Freire, para dar ênfase no conhecimento como chave das oportunidades das pessoas. Daí que a autonomia humana se baseia na capacidade dos indivíduos

de aprender, conhecer e se organizar politicamente para construir projetos alternativos (PNUD, 2005; p 44). O contrário da pobreza política, segundo o relatório, é a qualidade política, que se designa à cidadania individual e coletiva, na qual as pessoas têm “a capacidade de construir consciência crítica, organizar-se politicamente de modo a transformar-se no sujeito da própria história e arquitetar e tornar possível um projeto alternativo de sociedade” (PNUD, 2005; p44).

Como se pode ver, a posição do relatório no PNUD Brasil 2005 tem muitas semelhanças com o discurso do capital social. O desenvolvimento se relaciona com a capacidade de organizar-se para criar oportunidades próprias, segundo as necessidades reconhecidas pelos indivíduos. O capital social é, num sentido, a organização dos indivíduos que, interessados na coletividade, confiam e se relacionam para melhorar as suas condições de vida.

Pode-se dizer que uma característica do DH do Brasil é a desigualdade. Esta característica pode estar relacionada com a baixa confiança nas pessoas, porque as diferenças sociais significam vantagens de uns indivíduos sobre outros, o que pode trazer desconfiança generalizada nos outros e nas instituições.

3. CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO: O CASO DA COLÔMBIA

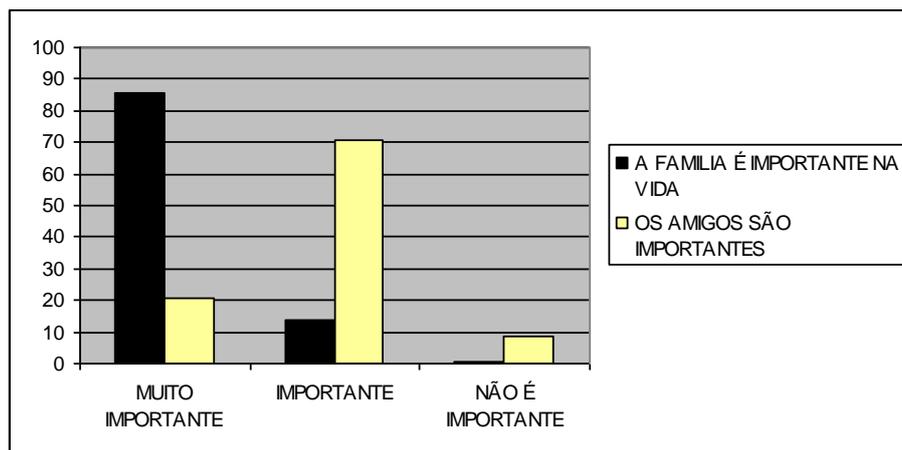
As perguntas que orientam esta parte do trabalho são: quais as relações sociais que caracterizam o capital social da Colômbia e quais delas explicam melhor o capital social do país?

Aqui se pretende fazer algumas descrições do capital social na Colômbia, com base nos dados do WVS para a onda 2005-2006. A amostra total foi de 3.025 entrevistados. A análise pretende fazer algumas inferências sobre as respostas dos indivíduos entrevistados, num primeiro momento, com base nas dimensões mencionadas no capítulo do Capital Social. Na segunda parte será feita a Análise de Componentes Principais, também mencionada anteriormente. Este processo é igual ao feito para o caso do Brasil no Capítulo 2.

Confiança Interpessoal

Como já foi dito, a existência de confiança é teoricamente associada às oportunidades de troca de informação, à capacidade de receber e pedir ajuda, à sensação de pertença a uma comunidade e, por conseguinte, às oportunidades de desenvolvimento, estabilidade democrática, apoio à política e à legitimidade do governo. A figura seguinte mostra a importância que têm a família e os amigos, segundo o respondido pelos indivíduos da Colômbia.

Figura 5. Grau de importância da família e dos amigos, Colômbia, 2006 (Percentuais)



Fonte: WVS

Como se pode ver, a família é muito importante para os indivíduos entrevistados. Em geral, todos os entrevistados deram importância a estes tipos de relações. Apenas 8,6% consideraram que os amigos não são importantes, e 0,3%, que a família não é importante. Daí podemos dizer que na Colômbia existem fortes relações primárias, o que é considerado teoricamente como um ponto a favor da existência do capital social.

Para compreender como é a confiança dos indivíduos nas outras pessoas, em geral, foi perguntado se o indivíduo confia ou não nas pessoas. O percentual das respostas é o seguinte:

1. A maioria das pessoas são de confiança: 14,5%
2. É preciso ser muito cuidadoso: 85,5%

Aqui podemos ver que a confiança, em geral, é baixa. As pessoas consideram que precisam tomar cuidado com os outros.

Quadro 10. Grau de confiança interpessoal, Colômbia, 2006 (percentuais)

CONFIANÇA	Confia totalmente	Confia em parte	Confia pouco	Não confia
NA FAMÍLIA	84,5	11,2	3,3	0,9
VIZINHOS	12,3	44,0	31,4	12,3
CONHECE PESSOALMENTE	17,2	46,4	29,7	6,7
ESTÁ VENDO PELA PRIMEIRA VEZ	1,5	12,1	42,3	44,1

Fonte: WVS

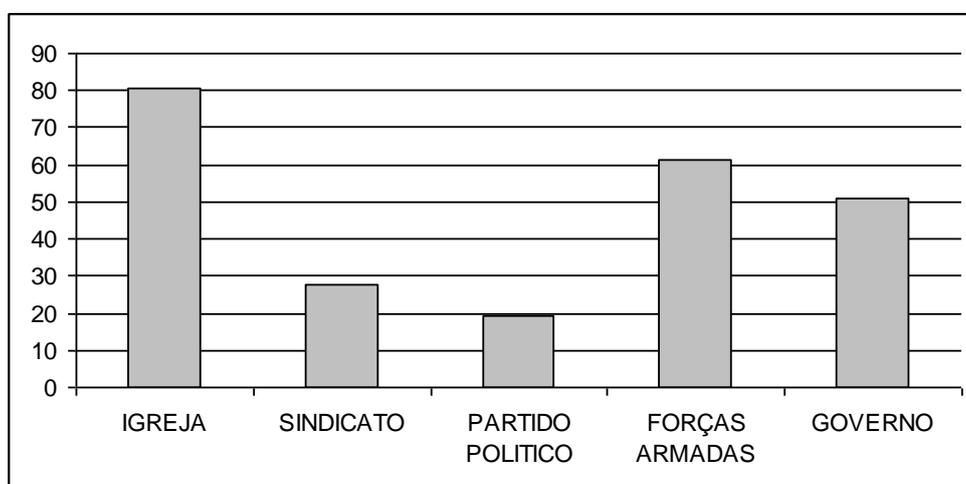
As pessoas entrevistadas confiam na família em primeiro lugar. As pessoas que estão vindo pela primeira vez são em quem menos se confia, seguido pelos vizinhos.

A perspectiva da confiança se pode complementar com a pergunta sobre se as pessoas acham que os outros tentam levar vantagem, em oposição a ser justas. Numa escala de 1 a 10, onde 1 é "A maioria das pessoas tentam levar vantagem" e 10 significa que "As pessoas tentam ser justas", a média foi de 5,11¹². Dos entrevistados, 57,4% deram respostas entre 1 e 5. As respostas, devido ao valor da média, parecem estar no centro da escala. No entanto, 18,2% dos entrevistados declararam que os outros tentam levar vantagem, frente a 9,9% que acham que os outros são justos. Assim, esta resposta amplia um pouco a perspectiva sobre o nível de desconfiança na Colômbia.

Confiança Institucional

Das instituições estudadas (sindicatos, partidos políticos, forças armadas, governo e igreja), a confiança institucional se pode descrever, para o caso da Colômbia, da seguinte forma:

Figura 6. Confiança nas instituições, Colômbia, 2006



Fonte: WVS

¹² O desvio padrão foi de 2,9. Média de 5,11.

A Igreja é a instituição que recebe maior confiança, seguida pelas forças armadas. Podemos dizer que, ao falar de capital social e democracia, estas duas instituições não se caracterizam pela participação dos cidadãos. As instituições que devem representar, por sua natureza, os interesses da comunidade, são aquelas que recebem menor confiança: os sindicatos e os partidos políticos. Por isso, o capital social não se vê muito beneficiado devido à falta de confiança nas instituições que teoricamente deveriam merecer o interesse dos indivíduos e, portanto, sua confiança.

Participação Cívica

Como já foi dito, para esta análise só foram incluídas as organizações consideradas como mais relacionadas com o capital social. Os resultados sobre a pertença e participação em organizações voluntárias é o seguinte:

Quadro 11. Percentual de pertencimento a organizações sociais, Colômbia, 2006

ORGANIZAÇÕES	NÃO PERTENCE	NÃO PARTICIPA	PERTENCE E PARTICIPA
IGREJA	51,1	24,4	24,5
SINDICATO	96,9	1,7	1,5
PARTIDO POLÍTICO	93,3	3,4	3,3
ORG. MEIO AMBIENTE	95,2	2,1	2,7
ORG. HUMANITÁRIA OU DE CARIDADE	93,6	2,4	4,0

Fonte: WVS

Dos indivíduos entrevistados, frente à pergunta sobre sua participação em organizações voluntárias, 86% não pertencem a nenhuma delas. A Igreja é a instituição que maior participação recebe. As outras instituições têm uma participação quase nula. Nos termos teóricos, esta pouca participação pode ser um indicador de um capital social limitado para a Colômbia.

Frente à pergunta sobre o sentimento de pertença à nação colombiana, os entrevistados responderam concordar ou concordar totalmente em 93,6% dos casos. Na Colômbia, as pessoas se consideram parte do país, o que é importante ao falar de capital social, porque é por meio dele que as ações

coletivas tomam força, já que os indivíduos se reconhecem como membros de um grupo maior ao de sua família.

Participação política

A importância nesta parte é estudar o lugar que os indivíduos dão na sua vida à política, seu interesse e a participação nas eleições. Em geral, estas perguntas nos dão uma idéia sobre a disponibilidade das pessoas para destinar esforços e tempo à política.

Dos indivíduos entrevistados, 43% consideram que a política é importante, frente a 56% que consideram que a política não tem nenhuma importância. Apenas 22% dos entrevistados têm algum interesse na política, enquanto os 78% restantes não têm interesse nela.

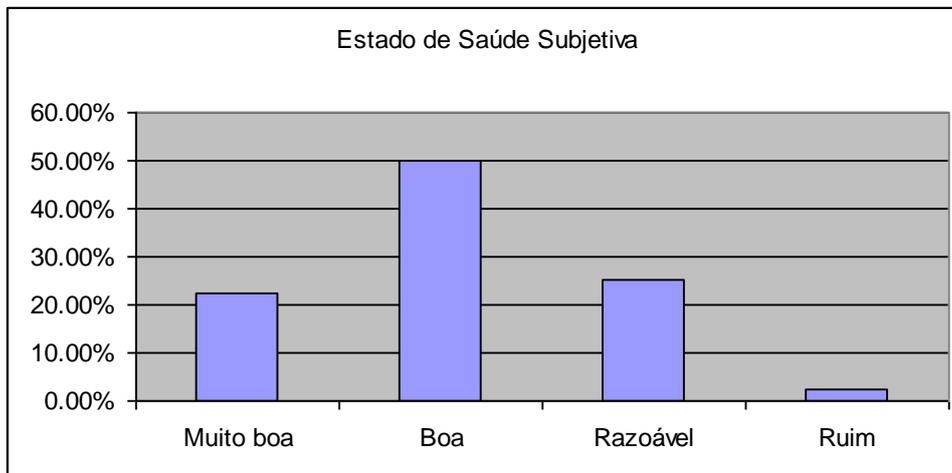
A participação em ações políticas é bastante baixa para o caso da Colômbia: 15,1% das pessoas já participaram assinando um abaixo-assinado, 13,7% têm participado de manifestações pacíficas, enquanto 2,5% participaram de boicotes. Adicionalmente, 78,6% das pessoas declaram que nunca participariam de boicotes, outros 47,6% não participariam em manifestações pacíficas e 33,4% nunca assinariam um abaixo-assinado. Em suma, a participação em ações políticas é baixa e as pessoas não mostram motivações para fazê-lo.

Estabelecendo algumas relações

Assim como foi feito para o Brasil, nesta parte do trabalho se pretende estabelecer a existência de algumas relações que, com base no arcabouço teórico, deveriam poder ser evidenciadas nos dados do WVS.

A respeito do grau de satisfação com a vida, numa escala de 1 a 10 em que o menor grau de satisfação é 1, se calculou uma média de 8,31¹³. Pode-se dizer que o grau de satisfação dos indivíduos entrevistados é bastante positivo. Sobre a liberdade de escolha, numa escala de 1 a 10 em que o menor grau de liberdade de escolha é 1, a média calculada é de 8,04¹⁴. Ao perguntar sobre o estado de saúde geral (subjéctiva), 50,2% dos entrevistados declararam considerar que sua saúde é boa. A figura seguinte mostra os percentuais de respostas declarados pelos entrevistados:

Figura 7. Auto-avaliação do estado de saúde (subjéctiva), Colômbia, 2006 (percentuais)



Fonte: WVS

Passando à análise destas variáveis em relação à confiança interpessoal, se conseguiu ver que, no caso da Colômbia, existe associação entre o estado de saúde e a confiança das pessoas, com base nos dados do WVS 2005-2006¹⁵. Também existe uma associação entre o grau de satisfação com a vida e a confiança nos outros¹⁶. No entanto, não se achou associação com o grau de liberdade de escolha¹⁷. Estas associações parecem estar de acordo com o que se espera teoricamente que aconteça.

¹³ Desvio padrão = 1,9.

¹⁴ Desvio padrão = 2,1.

¹⁵ Chi-quadrado= 14,689, p=0,002.

¹⁶ Chi-quadrado = 18,757, p=0,027.

¹⁷ Chi-quadrado =12,456, p=0,189.

O capital social, além da confiança, implica interesse dos indivíduos nos assuntos da comunidade e na política. Com base nos dados do WVS para a Colômbia, existe a relação entre confiança e interesse na política¹⁸. Não existe, uma relação entre a idade das pessoas e a confiança nos outros¹⁹.

Análise de componentes principais

O propósito desta parte é fazer uma análise exploratória sobre as variáveis que melhor explicam o capital social na Colômbia por meio da técnica da Análise de Componentes Principais – ACP. Para o caso da Colômbia, os dados se agrupam em sete componentes, que explicam 53% da variância. Estes são:

Tabela 3. Componentes principais das variáveis selecionadas de capital social, Colômbia, 2006

Variável	Peso dentro da componente	Percentual da variância explicada
Componente 1		10,02
Confiança nas forças armadas	0,658	
Confiança nos sindicatos	0,439	
Confiança no governo	0,772	
Confiança nos partidos políticos	0,670	
Componente 2		9,77
Confiança nos vizinhos	0,743	
Confiança nas pessoas que conhece pessoalmente	0,728	
Confiança nas pessoas que esta vendo pela primeira vez	0,710	
Componente 3		8,91
Interesse na política	0,454	
Atuação Política :assinar um abaixo-assinado	0,720	
Atuação Política participar de boicotes	0,596	
Atuação Política participar de manifestações pacificas	0,738	
Componente 4		6,79
Família é importante	0,742	
Amizades são importantes	0,483	
Componente 5		6,29
Pertence – Participa na Igreja	0,750	
Confiança nas igrejas	-0,599	
Componente 6		5,86
Pertence – Participa em sindicatos	-0,742	
Confiança nos sindicatos	0,498	

¹⁸ Chi-quadrado= 44,290, p= 0,000.

¹⁹ Chi-quadrado=5,090, p=0,078.

Variável	Peso dentro do componente	Percentual da variância explicada
Componente 7		5,60
Pertence – Participa em partidos políticos	0,687	
Votou nas eleições passadas	-0,611	
Eu me vejo como cidadão da nação colombiana	0,436	
TOTAL DA VARIANÇA EXPLICADA	53%	

Fonte: WVS

Com base no anterior, se tentará dar uma ordem aos resultados da ACP, nomeando e organizando os componentes assim:

Quadro 12. Interpretação das Componentes Principais do Capital social, Colômbia, 2006

COMPONENTE	EXPLICADO POR
COMPONENTE 1 CONFIANÇA INSTITUCIONAL	Confiança no governo
	Confiança nos partidos políticos
	Confiança nos sindicatos
	Confiança nas forças armadas
COMPONENTE 2 CONFIANÇA INTERPESSOAL	Confiança nos vizinhos
	Confiança nas pessoas que conhece pessoalmente
	Confiança nas pessoas que esta vendo pela primeira vez
COMPONENTE 3 PARTICIPAÇÃO POLITICA	Interesse na política
	Atuação Política assinar um abaixo-assinado
	Atuação Política participar de boicotes
	Atuação Política participar de manifestações pacíficas
COMPONENTE 4 IMPORTÂNCIA DE RELAÇÕES SOCIAIS	Família é importante
	Amizades são importantes
COMPONENTE 5 RELAÇÃO COM IGREJA – ORG. RELIGIOSAS.	Pertence – Participa na Igreja
	Confiança nas igrejas
COMPONENTE 6 RELAÇÃO COM SINDICATOS	Pertence – Participa em sindicatos
	Confiança nos sindicatos
COMPONENTE 7 PARTIDOS POLITICOS, ELEIÇÕES E PERTENCIMENTO	Pertence – Participa em partidos políticos
	Votou nas eleições passadas
	Eu me vejo como cidadão da nação colombiana

Fonte: A autora.

Assim como encontrado para Brasil, da ACP pode-se dizer que os componentes 1, 2 e 3 são os que explicam melhor o capital social, e que estão de acordo com aquilo que teoricamente se deveria encontrar. Estes componentes são: confiança institucional, confiança interpessoal e participação política.

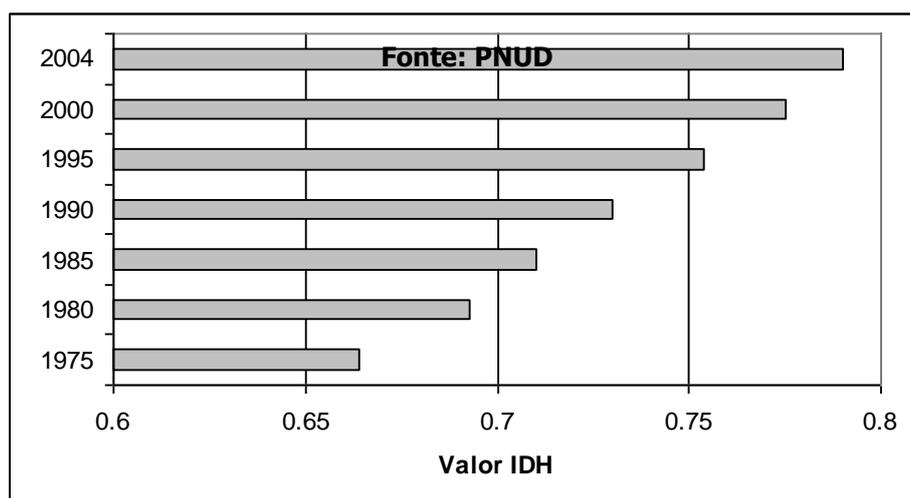
Aparecem algumas novas dimensões ou componentes, como a importância das relações sociais dos indivíduos – da família e dos vizinhos – separada da confiança interpessoal. Uma outra dimensão se faz da relação com a Igreja, e outra para a relação com os sindicatos. Na componente 7 ficam a pertença aos partidos políticos e a participação nas eleições, assim como o sentido de pertencimento ao país. Teoricamente estes dois primeiros deveriam aparecer dentro da participação política.

Ao igual que o caso do Brasil, o fato de carregar sete componentes demonstra que as características consideradas de capital social atuam de forma diferente do que se espera teoricamente, pois existe independência entre as componentes. Se confirma assim o caráter situacional do capital social, com respeito ao que teoricamente se diz.

Sobre o desenvolvimento humano na Colômbia

Assim como foi feito no capítulo sobre o Brasil, nesta parte se espera caracterizar o desenvolvimento humano da Colômbia com o propósito central de estabelecer relações no discurso do desenvolvimento humano com o conceito de capital social. Historicamente, o nível do IDH da Colômbia melhorou nos últimos anos, passando de 0,66 no ano 1975 para o valor atual de 0,79. A figura que segue mostra o avanço do IDH da Colômbia de 1975 até 2004.

Figura 8. Valor do IDH por ano, Colômbia, 1975-2004



O Índice de Desenvolvimento Humano da Colômbia, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano Mundial, é de 0,790, encontrando-se no posto 70 do *ranking* mundial, entre 177 países para os quais há dados.

Quadro 13. Resultados parciais do IDH da Colômbia, 2004

Indicador	Colômbia
Índice de Desenvolvimento Humano IDH	0.790
Expectativa de vida ao nascer (anos)	72.6
Taxa de alfabetização em adultos (% maiores de 15 anos)	92.8
Assistência aos níveis de ensino fundamental, médio e superior (%)	73
PIB per capita (PCP US\$)	7,256

Fonte: Human Development Report - Statistics. 2006.

A tabela seguinte compara o *ranking* da Colômbia, por componentes do IDH em outros países:

Quadro 14. Resultados do IDH por componentes, países selecionados, 2006

IDH Ranking – País	Expectativa de vida ao nascer (anos)	Taxa de alfabetização em adultos (% maiores de 15 anos)	Assistência aos níveis de ensino fundamental, médio e superior (%)	PIB per capita (PCP US\$)
69. Brasil	63. Seychelles- 72.7	41. Venezuela, RB -93.0	87. Grenada- 73.0	76. Panamá- 7,278
70. Colômbia	64. Colômbia-72.6	42. Colômbia – 92.8	88. Colômbia -72.9	77. Colombia -7,256
71. Santa Lucia	65. Santa Lucia- 72.6	43. Brunei Darussalam- 92.7	89. Suriname- 72.4	78. Bosnia e Herzegovina 7,032

Fonte: PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2006.

A taxa de alfabetização em adultos maiores de 15 anos deixa a Colômbia num posto melhor que os outros componentes do IDH. No entanto, a assistência aos níveis de ensino fundamental, médio e superior reflete uma posição parecida a países como Granada e Suriname, que se encontram nos postos 85 e 89 do IDH.

Ao respeito do Índice de Pobreza Humana, a Colômbia se encontra na posição 10 entre 102 países em desenvolvimento para o qual esse índice foi calculado.

Sobre os outros indicadores sociais geralmente empregados (taxa de fertilidade por mulher e as taxas de mortalidade infantil), os dados da Colômbia correspondentes ao ano 2004 se mostram a seguir:

Tabela 4. Outros indicadores sociais, Colômbia, 2004

Indicador	Colômbia
Taxa de fertilidade (nascimentos por mulher)	2,42
Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	17,5
Taxa de mortalidade menores de 5 anos (por 1.000)	20,5

Fonte: Banco Mundial. 2004

O Índice de Gini, que mostra a desigualdade por meio da análise da distribuição da renda total entre os indivíduos de um país, é de 57,6, segundo o Banco Mundial (2004). Segundo este índice, a desigualdade da Colômbia é parecida com a do Chile e do Paraguai que, segundo o *ranking* de desenvolvimento humano, estão nos postos 37 (alto grau de DH) e 88 (médio grau de DH), respectivamente.

O desenvolvimento humano na Colômbia mostra relações interessantes com o conceito de capital social. Estudos posteriores sobre o tema poderiam focar o assunto do capital social num contexto específico de violência e conflito armado, como é o caso da Colômbia. Segundo o visto, este contexto, apesar de se esperar grandes diferenças nos resultados, parece não aparecer significativamente nos dados do WVS e do IDH, com exceção da importância atribuída ao aparato da força, já que as características que foram descritas ao longo de esta dissertação mostram que existem semelhanças entre os dois países. Esta afirmação será ampliada no capítulo que segue, onde se especificam comparações dos casos de estudo.

4. ALGUMAS COMPARAÇÕES

Resulta importante fazer uma breve comparação entre o achado para o capital social de cada um dos países. Uma forma será comparando as componentes que foram encontradas com base nos dados do WVS, para detectar semelhanças e diferenças entre os dois resultados.

Em ambos os casos, as componentes estão organizadas de tal forma que as primeiras explicam melhor o capital social do país, porque são as que explicam a maior proporção da variância. A tabela que segue permite comparar a ordenação das componentes, assim como as diferenças dos grupos formados.

Quadro 15. Componentes principais do Capital Social, Brasil e Colômbia, 2006

BRASIL	COLÔMBIA
CONFIANÇA INSTITUCIONAL	CONFIANÇA INSTITUCIONAL
PARTICIPAÇÃO POLITICA	CONFIANÇA INTERPESSOAL
CONFIANÇA INTERPESSOAL	PARTICIPAÇÃO POLITICA
IMPORTÂNCIA DE RELAÇÕES SOCIAIS	IMPORTÂNCIA DE RELAÇÕES SOCIAIS
PERTENCIMENTO POLITICO	RELAÇÃO COM IGREJA – ORG. RELIGIOSAS.
RELAÇÃO COM IGREJA – ORG. RELIGIOSAS.	RELAÇÃO COM SINDICATOS
VOTOU E CONFIANÇA NAS FORÇAS ARMADAS	PARTIDOS POLITICOS, ELEIÇÕES E PERTENCIMENTO.

Fonte: A autora

A confiança institucional é, para ambos os casos, a componente que melhor explica o capital social. Contudo, as variáveis que compõem esta dimensão não são exatamente iguais nos dois casos. Para o caso da Colômbia, esta componente considera a importância das forças armadas, que não aparece na componente para o caso do Brasil. A componente de participação política é composta pelas mesmas variáveis, embora no caso do Brasil seja a segunda componente mais importante e o terceiro na Colômbia. Igual é o caso da confiança interpessoal, em que no Brasil se considera a confiança na família dentro da componente.

A componente sobre a importância das relações sociais é muito parecida nos dois casos. A diferença está em que, para Brasil, se inclui o sentido de

pertencimento ao país. Esta variável se encontra na componente 7 para Colômbia, junto com o pertencimento a partidos políticos e a votação nas últimas eleições.

A componente sobre as relações com a Igreja é igual para os dois países. No caso da Colômbia, esta componente explica melhor o capital social do que no Brasil, segundo o peso que tem dentro das componentes.

Incluir a independência das componentes, embora seu comportamento seja muito parecido para os casos de estudo, seguem sendo diferentes ao esperado teoricamente.

Comparando o Desenvolvimento Humano

A respeito do Desenvolvimento Humano, a tabela apresentada a seguir mostra os resultados de Brasil e Colômbia para cada componente do IDH:

Tabela 5. Resultados parciais do IDH, Brasil e Colômbia, 2004

Indicador	Brasil	Colômbia
Índice de Desenvolvimento Humano IDH	0,792	0,790
Expectativa de vida ao nascer (anos)	70,8	72,6
Taxa de alfabetização em adultos (% maiores de 15 anos)	88,6	92,8
Assistência aos níveis de ensino fundamental, médio e superior (%)	86	73
PIB per capita (PCP US\$)	8,195	7,256

Fonte: Dados tomados do Human Development Report - Statistics. 2006.

Estes dados refletem a condição dos dois países quanto ao seu desenvolvimento humano. Em dois índices a Colômbia apresenta maiores níveis (expectativa de vida e taxa de alfabetização), entanto o Brasil tem resultados maiores nos outros dois (assistência à educação e PIB per capita). A diferença de dois centésimos do IDH do Brasil acima do indicador da Colômbia se explica especialmente porque a maior diferença entre os resultados se encontra no PIB per capita. Adicionalmente o peso que tem o fator do PIB no cálculo do IDH é maior, levando a que os resultados sejam muito afetados por esta variável. Eis

uma das grandes críticas a este indicador, pois mantém a importância do PIB dentro da determinação do nível de desenvolvimento humano.

Tomando em conta o índice de Gini como medida que reflete desigualdade na renda, para os casos em estudo mostra-se que a Colômbia tem um menor nível de desigualdade (Índice de Gini de 57,6) que o Brasil (Índice de Gini de 59,3).²⁰

Retomando a idéia de que a desigualdade e a pobreza se refletem não somente na renda dos indivíduos, se faz importante considerar outros aspectos sociais que podem ilustrar a situação do países sob análise. Os níveis de saúde são uma forma importante de conhecer as condições sociais de um país. Estes indicadores tentam determinar níveis de bem-estar geral da população. Muitos problemas de saúde pública afetam quase majoritariamente aos indivíduos mais pobres (Farmer, 1999). Assim, quanto maior a desigualdade, uma maior proporção da população será atingida por doenças, infecções e limitação no acesso aos serviços.

Embora o IDH coloque o Brasil numa posição um pouco superior à Colômbia, outros indicadores mostram uma realidade diferente. Assim, analisando dados que podem ser considerados como indicadores de qualidade de vida dos indivíduos, a Colômbia apresenta melhores taxas. A tabela que segue exemplifica isso:

Quadro 16. Indicadores sociais, Brasil e Colômbia, 2004

Indicador	Brasil	Colômbia
Taxa de fertilidade (nascimentos por mulher)	2,31	2,42
Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	31,8	17,5
Taxa de mortalidade menores de 5 anos (por 1.000)	34,2	20,5

Dados do Banco Mundial para 2004.

²⁰ Dados do Banco Mundial. www.worldbank.org.

Adicionalmente, na Colômbia a porcentagem da população que tem acesso à água potável é de 93%, em comparação com a situação do Brasil, onde o nível é de 90% (Banco Mundial, 2006).

Portanto, se o IDH é considerado um indicador importante nos processos de tomada de decisões governamentais e internacionais, especialmente nos países em desenvolvimento, se deveria conjugar com dados que tomem em conta as condições de desigualdade da população. O simples exercício de comparar indicadores diferentes aos empregados no cálculo do IDH confirma que se podem gerar resultados contraditórios. A inclusão de aspectos sociais que indicam condições de vida dos indivíduos, como a taxa de mortalidade infantil ou acesso a determinados recursos de saúde, pode modificar a compreensão do Desenvolvimento Humano. De igual forma, pode ser incluída no cálculo do IDH uma ponderação de outros indicadores que em conjunto expliquem a situação real da população, e desta forma conseguir propor políticas de desenvolvimento humano mais acertadas.

CONCLUSÕES

A análise do capital social em relação ao desenvolvimento humano se centra na capacidade dos indivíduos de superar as dificuldades, os conflitos e as deficiências institucionais para incrementar suas possibilidades de melhorar suas condições de vida e aumentar suas escolhas. Não é necessariamente a forma pela qual os indivíduos procuram melhorar seu nível de vida sem contar com o Estado ou as instituições. É mais a capacidade que têm as comunidades de gerar opções próprias e formas de manifestação que possam ser convertidas em políticas sociais, baseadas nas reais necessidades.

Neste sentido, a análise da relação entre capital social e desenvolvimento humano deve-se centrar na existência ou ausência de ações coletivas cujas conseqüências gerem desenvolvimento humano. Igualmente, e em conseqüência do que foi dito sobre a relação causa e efeito entre estes dois conceitos, deve-se estudar a existência de desenvolvimento humano que incrementa o sentido de comunidade e as ações coletivas, assim como a relação inversa onde as ações coletivas geram desenvolvimento humano. Embora teoricamente faça muito sentido agrupar estes dois paradigmas, o desafio ainda está em conseguir demonstrar que existe uma relação que aclare o panorama.

Ao perguntar sobre as relações sociais que caracterizam o capital social na Colômbia e no Brasil, se pode ver que as dimensões que teoricamente se usam para caracterizar o capital social são concordantes com os resultados encontrados por meio da Análise de Componentes Principais. Importante também é diferenciar as dimensões que surgem da análise, e seu peso dentro da explicação do capital social para os casos de estudo. Assim, se pode ver que no Brasil as variáveis que explicam melhor o capital social são variáveis sobre confiança institucional: confiança no governo, nos partidos políticos e nos sindicatos. As variáveis que explicam melhor no caso da Colômbia também estão relacionadas com a confiança institucional, e são: confiança nas forças

armadas, nos sindicatos, no governo e nos partidos políticos. No caso colombiano encontramos que a confiança nas forças armadas é a variável mais importante dentro da componente de confiança institucional; mas que não é um resultado que está conforme à teoria do capital social. Em geral, esta variável reflete o apoio ao governo e ao monopólio da força. Uma consideração que poderia ser retomada para fazer um estudo posterior é se a confiança nas forças armadas é resultado da situação especial de conflito que existe na Colômbia e se a diferença entre os resultados pode-se explicar por esta causa.

Em geral, se pode comprovar a importância da confiança como dimensão fundamental do conceito de capital social, assim como a participação. Estas duas dimensões explicam o capital social nos dois casos de estudo. O Brasil, como foi visto, tem níveis de desconfiança maiores que aqueles da Colômbia. Contudo, nos dois países a confiança não é generalizada.

No entanto, nos dois países se pode comprovar a fraca participação das pessoas em ações voluntárias e organizações. Como se pode ver, a igreja tem muita importância sobre a confiança e a participação. Nos dois países se consegue ver que a igreja é uma instituição central. A pergunta que poderia ser feita seguidamente seria: como a imagem que as pessoas têm sobre a igreja e sua participação geram possibilidades de ter uma vida melhor?

Uma explicação à fraca participação na política instituída poderia ser que as pessoas, dentro do contexto de pobreza e desigualdade em que se vive nos dois países, procuram resolver suas necessidades de curto prazo por meio de suas relações primárias. Assim, a dedicação das pessoas à sobrevivência diminui as possibilidades dos indivíduos de conceber a participação em organizações voluntárias e atividades institucionalizadas, que no longo prazo poderiam significar melhores soluções às suas necessidades. Outra possível razão é a atitude geral dos indivíduos de esperar que o Estado solucione os problemas, significando uma atitude passiva de espera da ação das instituições, e não de gerar propostas próprias.

As relações primárias constituem um tipo de capital social necessário para a existência de relações comunitárias além da família e os amigos. Assim, estas relações são imprescindíveis para a geração do capital social no âmbito das comunidades, e são identificadas como as mais importantes para os indivíduos nos dois países. Embora a situação seja assim, parece que ainda faltam ações claras que possam converter estas relações primárias em ponte para estabelecer relações mais fortes no sentido da comunidade. Se poderia pensar que o capital social da Colômbia e do Brasil se caracterizam pela dispersão das variáveis que o compõem, pois as relações sociais que vão além da família e dos amigos não são fortes.

Como foi mencionado, segundo Woolcock (1998) o desenvolvimento das relações sociais, além das relações primárias, gera iniciativas de desenvolvimento. Assim, poder-se-ia dizer que nos dois países existe uma forte presença das relações primárias, mas não das relações intercomunitárias. Por isso, não necessariamente se estabelece uma relação entre o capital social e o desenvolvimento por meio da análise feito neste trabalho.

Em relação com o exposto sobre o desenvolvimento humano, a existência de segmentos da população em condições de extrema pobreza e os altos índices de desigualdade diminuem as possibilidades dos indivíduos de ampliar suas relações para além de seus pares para solucionar problemas, limitam as relações entre as comunidades e, por conseguinte, limitam o capital social da comunidade como um todo.

Ao falar sobre a relação entre capital social e desenvolvimento humano, se tomaram algumas das variáveis que, em concordância com as características de cada um dos conceitos, existiam dentro da bateria de questões do WVS. Para o caso do Brasil, as associações que teoricamente deveriam existir entre as variáveis, ou não existem ou não são suficientemente consistentes para poder generalizar sobre a existência destas relações. No caso da Colômbia, existe

associação entre o estado de saúde e a confiança das pessoas, assim como entre o grau de satisfação com a vida e a confiança nos outros. No entanto, não se encontrou associação com o grau de liberdade de escolha. Neste caso, estas associações parecem estar de acordo com o que se espera teoricamente que aconteça. É interessante ver que as associações aparecem num só dos países tomados, gerando inquietudes sobre as razões que poderiam explicar estas diferenças.

A ACP também mostrou que existem muitas semelhanças nos componentes que explicam o capital social para cada um dos casos. Além disso, se observaram algumas variáveis cujo comportamento não é exatamente o esperado, e outras que compõem algumas dimensões que teoricamente não são especificadas. Uma conclusão disso é que o capital social dos dois países é parecido mas, para o estudo deste conceito, é necessário tomar em conta o contexto específico do caso, pois em algumas dimensões as relações não são exatamente iguais.

Em geral, o propósito desta dissertação era fazer uma análise exploratória sobre o capital social e o desenvolvimento humano nos casos em estudo. Ficam como resultado deste trabalho várias opções interessantes de análise: trabalhar num método de mensuração do capital social que compare quantitativamente os dois países; procurar uma forma de incluir na modelagem parâmetros indicativos do desenvolvimento humano, ou levantar dados primários para comparar os resultados achados na análise por meio do WVS e no IDH com um estudo de caso qualitativo. Uma outra possibilidade interessante que fica para trabalhos posteriores é focar o estudo em compreender o interesse que motiva as pessoas a resolver suas necessidades de melhorar suas condições de vida por meio de ações coletivas e não de ações individuais, como se propõe teoricamente no paradigma do capital social.

BIBLIOGRAFIA

Alkire, Sabina. Dimensions of Human Development. The World Bank. Washington, Elsevier Science Ltd.. 2002.

Atkinson, Robert. Building a more human economy. The Futurist 40 No. 3. World Future Society. 2006.

Autar S. D. Social capital and community development. Oxford University Press and Community Development Journal. 2000.

Baran, Paul. A economia política do desenvolvimento. Zahar Editores. 1957. 4. edição. Rio de Janeiro.

Bauer, Peter. Critica de la teoria del desarrollo. Colección Demos. Editorial Ariel. 1975. 4 ed.

Baquero. M. Reinventando a sociedade na América Latina. Cultura política, gênero, exclusão social e capital social. Porto Alegre. Ed. UFRGS. Brasília, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. 2001.

Bourdieu, P. The forms of social capital.

_____. The social space and the genesis of groups. Theory and Society. Vo. 14. 1985.

Castro H., Marinho D., Walter I. Uma metodologia unificada para a avaliação de políticas públicas. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. UNICAMP. 2003.

Chang, Há-Joon. Chutando a Escada – A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Editora UNESP. 2002.

Chambers, R. Editorial: Responsible Well-Being. A personal agenda for development. World Development. Vol. 25. No. 11. pp 1743-17754. 1997

Farmer, P. Infections and Inequalities: the modern plagues. Berkeley, University of California. 1999

Grannoveter, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. American Journal of Sociology. Chicago. V.91. Nov. 1985

Hirsch, F. Limites sociais do crescimento; Biblioteca de Ciências Sociais. Zahar Editores. 1978. Rio de Janeiro.

Hoselitz, B. Aspectos Sociológicos del Desarrollo. Editorial Hispano Europea. Barcelona. 1970. 2.ed.

Inglehart, R. e Welzel, C. Democratization as the Growth of Freedom: The Human Development Perspective. Japanese Journal of Political Science No. 6. Cambridge University Press. 2005.

Kuznets, S. Economic growth and income inequality. The American Economic Review. Vol. 45. 1955

Lin, N. Inequality in Social Capital. Contemporary Sociology. Vol. 29. No. 6. Nov. 2000. pp. 785-795
_____. Building a network theory of social capital. XXXX

Mahbub, H. The human development paradigm. Oxford University Press, New York, 1995.

Mihály S. The Human Dimensions of the Global Development Process in the Early Part of the 21st Century. Critical Trends and New Challenges. Research Paper No. 2006/22 UNU- World Institute for Development Economic Research. February 2006

Narayan, D. & Cassidy, M. F. A dimensional approach to measuring social capital: development and the validation of a social capital inventory, Current Sociology, 49(2), pp. 59–102. 2001

Portes, A. 1995. "Economic Sociology and the Sociology of Immigration: A Conceptual Overview." Pp. 1-43 in *The Economic Sociology of Immigration: Essays on Networks, Ethnicity, and Entrepreneurship*, ed. by Alejandro Portes. New York: Russell Sage Foundation.

Portes, A. e Landolt P. "The Downside of Social Capital." *The American Prospect* 26, May-June:18-21. 1996.

Portes, A. e Sensenbrenner J. "Embeddedness and Immigration: Notes on the Social Determinants of Economic Action." *American Journal of Sociology.* 98, May:1320-1350. 1993.

Przeworski, A et al. Democracy and Development. Cambridge, Cambridge University Press. Conclusion.

Rocha, S. Pobreza no Brasil. FGV Editora. 2006.

Sen, A.. Development as Freedom. Anchor Books. New York, 1999.

Srinivasa, T. Human Development: A new paradigm or reinvention of the wheel?. *The American Economic Review.* Vol. 84. No. 2. 1994

Streeten, P. First Things First. Meeting Basic Human Needs in the Developing Countries. *The American Economic Review.* Vol. 84. 1994

Sudarsky, J. El capital social de Colombia. DNP, Bogota, 2001

Tilly, C. 1999. Durable Inequality. Berkeley, University of California Press.

Watts, D. Small worlds: the dynamics of networks between order and randomness. New Jersey. Princeton University, 1999.

Welzel, C., Inglehart, R. & Klingemann, H. D. The theory of human development: a cross-cultural analysis, *European Journal of Political Research,* 42(2), pp. 341–380. 2003

Welzel, C. & Inglehart, R. Liberalism, postmaterialism, and the growth of freedom: the human development perspective, *International Review of Sociology,* 15(1), pp. 81–108. 2005

Woolcock, M. Social Capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework. Brown University.

Woolcock & Narayan. Social Capital: Implications for Development Theory, Research, and Policy. *World Bank Res Obs.* 15: 225-249, 2000